

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia quinze de fevereiro do ano de dois mil e dezanove.

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Boa tarde a todos. Bem-vindos a mais esta Sessão da nossa Assembleia Municipal onde vamos procurar contribuir para a construção dos destinos da nossa terra. Vamos procurar organizar-nos para que a Sessão não seja muito longa.

Passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para efetuar a chamada.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos Membros deste Órgão tendo-se verificado que não estava presente o Sr. Deputado Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que solicitou a sua substituição, tendo sido substituído pelo Dr. André Duarte Pereira.

O Sr. Deputado Dr. Francisco José Marques Borges Garcia está ausente e apresentou a respetiva justificação.

Igualmente o Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa está ausente e apresentou a respetiva justificação.

Também o Presidente da Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, estava ausente e solicitou a justificação da falta.

Igualmente o Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Sr. Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, estava ausente e solicitou a justificação da falta.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Antes de passarmos às inscrições para as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia vou dar uma informação que se relaciona com o tema dos donativos para a conta solidária de apoio às vítimas dos incêndios: Como sabem esses donativos foram propostos na Assembleia Municipal de vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete.

Tenho a dizer que os donativos foram todos feitos. Foram depositados na conta solidária de apoio às vítimas dos incêndios três mil, cento e noventa e sete euros e sessenta cêntimos. Este montante inclui as contribuições dos Vereadores que não estão em regime de permanência e que também prescindiram da Senha de Presença da Assembleia Municipal.

Para fechar este assunto quero dizer ainda o seguinte: Devido a uma série de circunstâncias não houve muita justiça neste esforço de solidariedade porque as pessoas que se deslocam também prescindiram do valor do abono de transporte e, por isso, nem todos contribuíram da mesma forma.

Quero saudar a solidariedade de todos. Esta solidariedade tem permitido ao Concelho acudir às diversas situações.

Passamos à apreciação e votação da ata da Sessão Ordinária de vinte e oito de dezembro de dois mil e dezoito. Há alguma alteração ao teor da ata?”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Voto contra e conseqüentemente pedia à Sra. Presidente da Assembleia Municipal que me fosse concedida permissão para ouvir a gravação a fim de dissipar uma dúvida sobre uma declaração política que o Sr. Presidente da Câmara fez, e que eu acho relevante, e a qual não consta na ata.

Se a declaração política do Sr. Presidente da Câmara não estiver na gravação eu voto favoravelmente mas se estiver eu voto contra. Peço para que o meu voto fique suspenso.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Deputado, Eng.º João Brito, tem permissão para ouvir a gravação e por isso o seu voto fica suspenso.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar-vos o seguinte esclarecimento: O Executivo da Câmara Municipal não corrige atas da Assembleia Municipal. Nunca fiz nenhuma retificação às declarações feitas na Assembleia Municipal.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“A propósito desta intervenção do Deputado João Brito, e perdoem-me porque se calhar é deformação profissional: No Regimento da Assembleia Municipal não consta a figura de voto suspenso.

Portanto, este pedido tinha que ser feito antecipadamente, e chegava-se aqui, e através de uma declaração política, porque é para isso que cá estamos, e dizia-se que se votava favoravelmente, ou contra. Deixarmos em suspenso um voto é impossível, do meu ponto de vista.

Qual seria o procedimento correto? Eventualmente o Sr. Deputado sugeria à Mesa que se pusesse à aprovação da Assembleia o adiamento da votação da ata. A figura de voto suspenso até ouvir a gravação e posteriormente venho cá e digo sim, ou não, com toda a franqueza, não me parece que seja possível. Não me ficaria bem, enquanto Deputado Municipal e muito menos enquanto jurista, se deixasse passar esta situação.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Obrigada, Sr. Deputado Rui Monteiro. Acho que foi uma intervenção clarificadora.

Do ponto de vista formal e efetivo penso que é preferível votar contra ou abster-se, sem prejuízo de ter a possibilidade de clarificar a sua opinião.

A declaração do Sr. Presidente da Câmara é importante e é verdade que é a Esmeralda que faz as atas, às vezes com muitas dificuldades porque os meios disponíveis não são os melhores.

Eu tenho a preocupação de ler as minhas declarações na perspetiva de ver se têm alguma deturpação em termos de redação.

As atas, no essencial, têm que corresponder aquilo que aqui foi dito e o teor da ata é sempre passível de verificação.

Acho que a intervenção do Sr. Deputado Rui Monteiro coloca as coisas no sítio e como tal fica aqui definido que o Sr. Deputado João Brito depois se articula com a Esmeralda para ouvir a passagem que quer clarificar.

Não havendo mais intervenções relativas ao teor da ata passávamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de dezembro do ano de dois mil e dezoito, foi aprovada por maioria com duas abstenções.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Calendarização das Sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital para o ano de 2019.

III - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2019/2022 e 1.ª revisão ao Orçamento para o ano 2019.

IV - Eleição, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, do

Presidente da Junta de Freguesia representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, da Proposta de Delimitação da ARU da cidade de Oliveira do Hospital.

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio às freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações.

VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 22.º e n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 32.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, na atual redação, conjugados com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, na atual redação e em cumprimento da alínea n) do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, da proposta de Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital, de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços, e delegação dos respetivos serviços.

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Começava por perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se já tem alguma previsão para o início da obra na derrocada na Estrada Nacional n.º 514, entre São Gião e o parque de Campismo de São Gião? Com sabe, quando chove as terras vão deslizando e a situação cada vez se vai agravando mais. Seria urgente começar aquela obra.

Uma outra situação é a referente à requalificação da Rua do Casal em São Gião. Esta requalificação já devia ter sido feita mas devido aos incêndios foi adiada. O Sr. Presidente da Câmara já deliberou a execução dessa obra há mais de cinco meses e até agora não se deslumbra qualquer movimento para a fazer e por isso perguntava se já há data para a realização desta obra?

Solicito ainda ao Sr. Presidente da Câmara para, quando tiver possibilidade, transferir aquela verba destinada à recolha do lixo. Seria muito bom para a Junta de Freguesia receber essa verba.

Relativamente à sinalização dizer o seguinte: Foram colocados alguns sinais e faltaram outros. Fizemos o levantamento dos sinais que estão em falta e

que tinham ardido aquando dos incêndios. Gostaria de saber se podemos contar com reposição da mesma sinalização, por parte do Município, ou se terá que ser a Junta de Freguesia a fazê-lo?

Os pinheiros secos e queimados nas bermas da estrada continuam a ameaçar a circulação rodoviária. Seria também oportuno tomar medidas antes que haja algum problema mais grave.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Trago três pontos: Saúde; Educação; Economia.

Vou começar pela Saúde: Sr. Presidente da Câmara Municipal, após a minha eleição e respetiva tomada de posse como Deputado Municipal comecei, na minha primeira presença nesta Assembleia Municipal, a vinte e nove de dezembro de dois mil e dezassete, a criticar a vossa opção inovadora para a Saúde que começava por transferir o SAP para a Fundação Aurélio Amaro Dinis nos períodos compreendidos entre as vinte horas e as oito horas, feriados e fins de semana. Nessa intervenção concluí dizendo que o PSD defende o Serviço de Atendimento Público durante vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, para os Oliveirenses. Como tal, falei no passado quando foram criadas as Unidades de Saúde. Na reunião de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, já com o SAP encerrado, alertei para todos os inconvenientes inerentes a essa tomada de decisão. Fiz questão de alertar para os constrangimentos e contratemplos a que estavam sujeitos os Oliveirenses em caso de emergência, quando os minutos contam entre a vida e a morte, anda-se às voltas com o destino que as pessoas têm de tomar: Atendimento pelo Serviço Básico de Arganil e posterior encaminhamento para os Hospitais da Universidade de Coimbra ou para Seia e posterior transporte para o Hospital Distrital da Guarda.

Na reunião de vinte e sete de abril apresentei a esta Assembleia uma proposta para reabertura do SAP no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital durante vinte e quatro horas. Nesta o PSD solicitava o então Sr. Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que se repusesse o Serviço de Apoio Permanente no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital em horário contínuo contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida de todos os Oliveirenses. Relembro que esta proposta foi chumbada pelos Senhores colocando o vosso interesse partidários à frente dos interesses daqueles que em vós confiaram para os representar nesta Assembleia.

Mais de um ano passado já são muitos os que reclamam a reabertura do SAP durante vinte e quatro horas e sete dias por semana.

Curiosamente a voz que mais se faz ouvir, com toda a razão e legitimidade, pertence ao vosso Executivo pois este acumula o cargo de Diretor do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital. Foram vários os apelos feitos por este Diretor na Comunicação Social face aos constrangimentos gerados por falta de SAP no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital. As crianças acidentadas têm de ser encaminhadas para as estruturas de Seia ou Arganil provocando deslocações e encargos difíceis de suportar aos Serviços da Escola.

A ARS deu resposta positiva à escola?

Será que a criação de uma Via Verde é a resposta adequada à situação que temos neste Concelho?

Não terão os nossos filhos direito a uma assistência minimamente comparável com a das escolas dos grandes centros urbanos?

Também o Deputado Municipal, André Pereira, veio a esta Assembleia Municipal no passado dia vinte e oito de dezembro reivindicar uma melhor Saúde ao nível dos Serviços de Apoio Permanente para o Concelho. Na sua intervenção até fez a comparação com Concelhos bem mais pequenos que o nosso e bem mais próximos do SUB de Arganil que dispões de SAP vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

Está na hora do Sr. Presidente e do seu Executivo PS de descerem do seu pedestal de arrogância e com humildade assumirem a sua falha. Afinal, em primeiro lugar estão as pessoas! Não era assim o seu lema, Sr. Presidente?

Desafio, portanto, pedir a esta Assembleia e aos Oliveirenses para se juntarem numa Moção de Protesto junto do Governo e de se assumir uma posição concertada em defesa do Concelho, dos interesses e da segurança de todos que nela ainda querem viver.

Educação: Porque hoje foi particularmente atingido por uma nostalgia nas várias temáticas que me proponho falar nesta Assembleia, recordo as manifestações públicas para a retirada do amianto nos edifícios da Sede do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital feitas pelos vários intervenientes ligados à escola: Associação de Estudantes; Associação de Pais e representantes do Executivo, nomeadamente a Vereadora da Cultura e Educação.

Volvidos mais de três anos dessas manifestações o que verificamos? Verificamos uma escola com menos amianto mas com pavilhões sem telhado;

Pavilhões alagados com águas pluviais; Obras que tiveram início no final do ano de dois mil e dezoito, pararam dias depois; Alunos a serem deslocados da EB1 de Oliveira do Hospital com aulas a decorrerem em espaços provisórios numa escola com lotação de espaço; Crianças que têm que se deslocar de autocarro para almoçar na cantina da Escola Secundária e passando o seu tempo de almoço em deslocações quando deviam aproveitar o pouco tempo livre que lhes resta para brincar.

Questiono: Sendo a Câmara Municipal dona da obra não devia ter tido já uma atitude mais célere na resolução dos problemas com a empresa contratualizada em sede de concurso?

Face a toda esta problemática onde estão as vozes tão ativas na defesa dos alunos?

Não haverá prejuízo do interesse público com todos estes atrasos levando à perda de regalias com as taxas de execução dos projetos aprovados?

Sobre o estacionamento: Todos os Oliveirenses se sentiram sensibilizados com a onda de solidariedade que os incêndios de outubro de dois mil e dezassete motivaram. No entanto, o excesso de donativos levou à ocupação, que devia ser provisória, do Parque de Estacionamento do Largo Ribeiro do Amaral. Urge uma resposta a esta problemática. O Sr. Presidente da Câmara sabe que o estacionamento é reclamado pelos Oliveirenses face à crescente dificuldade de estacionamento nesta cidade.

O PSD propõe que seja efetuada uma distribuição mais alargada de bens pelas famílias. Recordo que ainda se ouvem algumas vozes com clamores de necessidades. Por este facto as Equipas de Intervenção Social podiam ter uma função mais ativa junto das várias localidades. Não deixemos que o nosso Concelho continue a ser referência negativa na distribuição dos donativos daqueles que se preocuparam com os nossos. Ultimamente é necessário a Comunicação Social denunciar os casos para que haja uma ação, como é o caso dos tratores.

Perante esta realidade o PSD gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital se foi efetuado algum inventário dos donativos depositados no Parque de Estacionamento?

Como a solução que aponta Vossa Excelência em Assembleias anteriores poderia ser o arrendamento de armazéns eu questiono: Quando tenciona efetuar o contrato e qual o custo que terão estes para a Câmara Municipal?"



Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero aproveitar esta minha intervenção para apresentar a minha preocupação quanto à situação atual dos trabalhadores da empresa Lusimart, S.A., a operar à data dos incêndios de quinze de outubro de dois mil e dezassete em Ervedal da Beira, com trinta e três colaboradores, dos quais fazia parte um casal.

Depois do trágico incêndio, dois colaboradores ficaram a trabalhar no Ervedal da Beira, durante algum tempo, a limparem os resíduos. Passado esse tempo esses colaboradores juntaram-se aos outros trinta e um colegas que a seguir aos incêndios, de comum acordo com a empresa, foram trabalhar para outra fábrica dessa empresa sita em Cantanhede. Desse acordo constava o seguinte:

- Como vítimas dos incêndios, os colaboradores da fábrica do Ervedal da Beira, só trabalhavam sete horas por dia;

- Saíam de casa às sete horas para começarem a trabalhar às oito horas e trinta minutos. O tempo dessa deslocação era por conta dos colaboradores;

- Trabalhavam até às dezasseis horas e trinta minutos e chegavam a casa por volta das dezoito horas;

- Embora só trabalhassem sete horas por dia, recebiam oito horas diárias. Dessa forma a empresa compensava a deslocação de regresso a casa desses colaboradores.

- Durante um ano o horário laboral desses trabalhadores foi das oito horas e trinta minutos às dezasseis horas e trinta minutos.

- Foi prometido, na altura desse acordo, que pelo menos uma parte da empresa seria reconstruída, a da serração e a da secagem da madeira que, dependendo do volume de encomendas, ficariam garantidos vinte postos de trabalho.

- Só a carpintaria não seria recuperada, indo os treze colaboradores anteriormente afetos a essa área para o desemprego.

Escaparam ao incêndio uma Molduradora, que foi levada para Cantanhede mas por não ser necessária à laboração local não se encontra a trabalhar, uma Retestadeira e uma Galgadeira que estão a trabalhar em pleno na fábrica de Cantanhede.

Há cerca de quatro meses os ex-colaboradores da fábrica do Ervedal da Beira foram convocados para uma reunião onde lhes foi informado o seguinte: Uma vez que ao fim de um ano já não são considerados vítimas dos incêndios, a

partir de janeiro de dois mil e dezanove, iriam ser-lhes retiradas as benesses de trabalharem apenas sete horas por dia. O novo horário passaria a ser das oito horas às dezassete horas, ficando dessa forma o tempo da deslocação, na totalidade, por conta dos colaboradores.

Depois de terem passado por um enorme desgaste físico e emocional ao longo dos últimos catorze meses e de terem conhecimento que o IP3 vai entrar em obras, vindo a aumentar o tempo de deslocação, os colaboradores rejeitaram a hipótese de terem de trabalhar oito horas diárias. Além do mais, os colaboradores não entendem porque é que os donos da fábrica desistiram de reconstruir a fábrica do Ervedal da Beira uma vez que a matéria-prima vem de França ou do Brasil. Por isso, os incêndios não podem servir de desculpa para um aumento de custos do transporte da matéria-prima.

Tenho conhecimento que cerca de meia dúzia desses trabalhadores estão ocupados mas essa é uma situação transitória que não lhes dá segurança nem estabilidade financeira.

O que é que o Município fez, ou vai fazer, para tentar reverter esta situação?

Está para ser implementada alguma indústria na zona da Cordinha onde estes e outros desempregados locais possam ter alguma esperança de poderem vir a desfrutar de um posto de trabalho garantindo-lhes um futuro mais digno?

Obrigada pela vossa atenção.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de aproveitar o Período de Antes da Ordem do Dia para louvar publicamente a Gala do Desporto organizada pela Câmara Municipal. Neste louvor quero reconhecer o trabalho de todas as Associações Desportivas do Concelho e reconhecer todos os atletas que com o seu trabalho não só dinamizam o nosso Concelho como, acima de tudo, conseguem dinamizar o nome do Concelho fora de portas.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Dizer que efetivamente é sempre bom estar nesta Assembleia porque vamos descobrindo a pouco e pouco que as competências da Câmara vão aumentando nomeadamente para resolver situações que, eventualmente, cabem aos Tribunais, e nomeadamente aos Tribunais de Trabalho.

Aquilo que foi aqui dito pela Deputada Alice Gouveia, sendo obviamente uma preocupação porque é sempre uma preocupação, e nomeadamente porque a situação em causa foi motivada pelo flagelo do incêndio de 15 para 16 de outubro de 2017, mas a verdade é que a Câmara Municipal pouco pode fazer, e perdoe-me Sr. Presidente se me antecipo na sua resposta. Isto é um bocadinho fazer do Presidente da Câmara Municipal Marcelo Rebelo de Sousa e, de alguma maneira, tentar que ele exerça magistraturas de influência. Nesta questão o que a Câmara pode fazer é efetivamente fazer alguma magistratura de influências e tentar abordar o Conselho de Administração ou a Gerência da Empresa em causa no sentido de tentar resolver o que quer que seja. Agora, com toda a franqueza, arrisca-se a que efetivamente a Administração ou a Gerência dessa Empresa lhe diga: - Meus amigos, “*a César o que é de César*”, e portanto V. Exa. não tem nada que ver com isso. É um problema que tem que ser resolvido entre os trabalhadores e a empresa e para esse efeito existem órgãos próprios a quem os trabalhadores podem e devem recorrer e caso as coisas não se resolvam fazê-lo pela via judicial junto do Tribunal do Trabalho.

É isso que deverá ser feito. Não percebo o que é que a Câmara poderá fazer mais porque senão teríamos que perguntar o que é que a Câmara faz relativamente a todas as pessoas que são despedidas ilicitamente em qualquer uma das empresas ou em qualquer uma das instituições deste Concelho. O Sr. Presidente já tem trabalho que chegue às quartas-feiras de manhã a receber os Municípes e não faria mais nada a não ser receber pessoas que têm problemas laborais. Sendo uma situação socialmente relevante mas não me parece que coube-se aqui.

Relativamente à minha intervenção trago aqui duas questões: Uma delas é congratular-me pela entrega, efetuada ontem, de mais duas casas reconstruídas. Ao contrário do que dizem algumas pessoas e nomeadamente da imprensa efetivamente é bom saber que o trabalho da reconstrução está a ser levado a cabo. É bom saber que efetivamente neste momento apenas faltam, e obviamente que o apenas não devia existir porque não deviam faltar, numa sociedade e num País ideal não faltariam. É bom saber que neste momento apenas não estão concluídas dezassete casas e, dessas dezassete casas, treze casas estão a ser reconstruídas pelos próprios. Portanto, é bom saber isso e é bom saber que as instituições deste País, a Câmara Municipal incluída, também resolvem as necessidades dos Municípes.

Depois, congratular-me também com o início das obras na rua Virgílio Ferreira em Oliveira do Hospital. Todos deverão conhecer porque a rua Virgílio

Ferreira é a rua que dá acesso à Zona Histórica de Oliveira do Hospital. É bom percebermos que a requalificação daquela artéria está já a ser efetuada exatamente como porta de entrada da requalificação completa e total da Zona Histórica que aqui foi apresentado acerca de um mês. É o início destas obras que nos dão a garantia que a Câmara Municipal leva a sério essa reconstrução e requalificação.

O Deputado João Brito durante a sua intervenção desafiou a Assembleia Municipal para uma Moção e estranhamente não a apresentou. Não sei se está à espera que alguém a apresente em nome dele!

Dizer também que quando ouvi falar em Moção eu assustei-me porque agora é moda apresentar Moções de Censura e iria sair daqui alguma Moções de Censura ao Executivo mas parece que não! Afinal é só uma Moção para a qual fomos desafiados mas que não foi apresentada e, como tal, vale o que vale.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“O assunto que quero falar também já foi abordado pelo Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia mas, uma vez que a ocorrência se encontra na minha Freguesia, achei que devia também reforçar o alerta e perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se tem alguma perspetiva para o início das obras na Estrada Municipal 514, uma vez que coloca em perigo a circulação de pessoas e bens?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui elogiar o papel que o Município tem tido na sensibilização para a problemática das queimadas. As queimadas são uma ação que as pessoas mais idosas, e não só, não estão a interiorizar muito bem, mas é de louvar a forma como o Município e o Gabinete Florestal têm atuado junto da população em geral e principalmente a mais idosa. É de louvar a forma como estão a conseguir sensibilizar para esse problema e como também estão disponíveis para ajudar no trabalho burocrático e complicado para que as pessoas possam cumprir essa missão.

Queria também falar no Projeto Reflorestar que é mais uma ação extremamente importante que o Município leva a cabo. O Município não se

preocupa só com calçadas e não se preocupa só com política. O Município utiliza esta missão como uma batalha a ganhar.

Já agora, e num ato de nostalgia, queria lembrar que quando houve aquela grande manifestação junto do Centro de Saúde eu não vi lá o Deputado João Brito e não vi ninguém do PSD.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Trago aqui dois assuntos: Todos nós já percebemos o que tem vindo a ser referido por este Executivo em termos de desenvolvimento do Concelho e ao nível de diversas obras que este Executivo está a planear, e algumas já estão a acontecer para o desenvolvimento da cidade de Oliveira do Hospital.

Quero referir-me a um assunto que entronca nestas obras que o Executivo está a planear realizar para melhorar a qualidade de vida dos residentes de Oliveira do Hospital como também para toda a população do Concelho e igualmente para quem nos visita.

Quero ressaltar o investimento que tem sido feito num prazo muito curto e estou concretamente a referir-me à área do ambiente. Ressaltar o esforço que tem sido feito por esta Câmara Municipal no investimento em ambiente no Concelho de Oliveira do Hospital. De uma forma ou outra todas as Freguesias têm sido abrangidas. Estou a referir-me concretamente ao investimento que já existiu, e todos nós sabemos que já foi feito, nas dez novas ETAR que foram construídas e que rondam um investimento de cerca de dois milhões de euros. Foi um forte investimento na área do ambiente e que foi uma promessa do Presidente da Câmara e do seu Executivo.

Referir ainda que agora está a acontecer mais um investimento nesta área do ambiente no Concelho nomeadamente a construção de dezasseis novas ilhas ecológicas subterrâneas para os resíduos sólidos urbanos e mais sessenta e três ilhas ecológicas distribuídas pelo Concelho. Este investimento representa aumento na qualidade do ambiente e representa uma oferta à nossa população.

Lanço aqui um desafio e este Executivo: Acho que não basta fazer um grande esforço nesta área pelo Executivo porque este esforço tem que ser feito Freguesia a Freguesia. Acho que tem que ser feita uma grande campanha de sensibilização das nossas populações para a forma como deve tratar os seus lixos. Isto representa qualidade de vida das nossas populações.

Há cerca de quatro anos, quando se fez uma grande manifestação que teve por objetivo a requalificação da EN 17 e a melhoria dos cuidados de Saúde no nosso Concelho, eu não vi a presença do PSD. Não sei onde é que eles andavam mas seguramente que não estavam interessados na melhoria dos cuidados de Saúde no nosso Concelho. Eu não os vi em parte nenhuma nem ninguém os viu! Atenção: Nessa altura estávamos numa situação extremamente dramática e que não é a situação que existe hoje. Todos nós sabíamos, e foi aqui dito muitas vezes, quantos milhares de Oliveirenses não tinham médico de família. Todos nós sabemos que não havia concursos para colocação de médicos em Oliveira do Hospital. Todos nós sabíamos disto e foi por isso que nos indignámos! Muitos milhares de utentes do Centro de Saúde de Oliveira do Hospital não tinham acesso a médico de família e hoje têm. Nessa altura o Centro de Saúde esteve muito perto de ser encerrado, e se calhar era a vontade de muito boa gente, mas nós não permitimos que fosse encerrado! É preciso que não tenhamos memória curta, Senhores do PSD!

Estamos totalmente bem ao nível da Saúde no Concelho? Não, não estamos! Há coisas que têm que ser melhoradas.

Esta alternativa da Fundação Aurélio Amaro Dinis foi uma alternativa boa? Foi sim Senhor! Senão os Oliveirenses teriam gravíssimos problemas para ter acesso às urgências de saúde. Todos nós sabemos disto!

O que se veio agora aqui falar sobre a questão da saúde é uma hipocrisia política por parte de PSD. É hipocrisia política pura! É assim que isto tem que ser designado.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui apenas salientar o bom resultado no índice de Turismo na Região Centro e dar nota de uma situação que nos deve agradar a todos e que é a reabertura do Convento do Desagravo. Desde o encerramento do Convento do Desagravo este Executivo tem tido a preocupação para que esta situação se invertesse. Realmente agora conseguiu-se esse bom resultado através do Grupo Flagworld e esperamos que o Convento do Desagravo esteja aberto para meados de março e era bom que estivesse aberto na altura da Festa do Queijo.

A reabertura do Convento do Desagravo é um bom sinal. É um sinal de que os empresários acreditam no Concelho, é um sinal que os empresários têm esperança e que reconhecem todo o esforço que tem sido feito pelo Executivo da Câmara Municipal para criar condições para que haja investidores no

Concelho de Oliveira do Hospital. Esperamos que este seja também um bom exemplo para outros setores de atividade e desejamos que venham mais investidores. Devemos acarinhar este investidor e dar-lhe as boas-vindas.

Este Município, pelo trabalho que está a fazer, faz acreditar no desenvolvimento do Concelho e haverá oportunidades para outros investidores que queiram vir para o nosso Concelho.

Queria dar aqui uma palavra de apreço à Esmeralda. A Esmeralda é a funcionária da Câmara Municipal que está ligada ao Serviço da Assembleia Municipal e queria deixar-lhe uma palavra de apreço porque hoje não é fácil fazer o serviço que ela faz. Estar a ouvir gravações e a transcrever para ata, às vezes em pouco tempo, não é “pêra doce”. Penso que a Esmeralda tem feito um bom trabalho e todos nós temos os documentos sempre a tempo para os podermos analisar.

Sobre o tema da Saúde, também já aqui foi referido por alguns colegas de bancada, acho que não haverá muito a dizer. Já foi aqui dito que estivemos muito mal e nessa altura houve grupos que se manifestaram. Gostaria de salientar o empenho do CDS, nessa altura, porque estive com o PS nesse tipo de manifestações e reivindicações e na verdade não vi o PSD.

O tema da Saúde é uma preocupação natural que nós respeitamos e com certeza que o PSD deve estar preocupado com a Saúde no Concelho. O Deputado João Brito fez aqui essa referência, e tem todo o direito a fazê-la, mas estranhámos que na altura crítica, como foi aqui dito, não tenham estado ao nosso lado a fazer essas reivindicações para que a Saúde estivesse melhor hoje, como realmente está. O acesso a cuidados na área da Saúde não é perfeito, e sabemos bem que não, mas, pelo menos, está melhor do que estava nessa altura e tem sido graças ao empenho do Presidente da Câmara Municipal que tem feito tudo para que ela melhore no nosso Concelho. Graças ao Presidente da Câmara Municipal a prestação de cuidados de Saúde está muito melhor.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Uma referência em primeiro lugar à Comunicação Social, por uma razão muito simples: Nesta semana foi comemorado o Dia Internacional da Rádio e, por isso, queria aqui realçar o papel extremamente importante que a Comunicação Social tem nas nossas vidas e no nosso Concelho. Quero dar os

parabéns à Rádio Boa Nova e, naturalmente, a todas as demais rádios locais e regionais.

Quero igualmente felicitar a realização da Gala do Desporto pela importância que tem no nosso Concelho e pelo reconhecimento que faz aos nossos atletas.

Não tive possibilidade de estar na última Sessão da Assembleia Municipal mas queria congratular a votação efetuada sobre a descentralização e pelo que vai acontecer neste Concelho e na maioria dos Concelhos do País.

Pela primeira vez dá-se um passo muito grande na delegação de competências e na delegação de poderes. Esperamos, naturalmente, que essa delegação seja acompanhada das necessárias estruturas financeiras que vão ser concedidas aos Municípios deste País e, neste caso concreto, a Oliveira do Hospital.

O nosso Concelho está na linha da frente, no que se refere à área do Turismo e, está na linha da frente, no que se refere à capacidade hoteleira. Já temos uma série de unidades hoteleiras e estão a caminho outras.

O Deputado Raúl Dinis já nos deu a boa notícia da reabertura do Convento de Desagravo.

Relativamente à antiga Pousada de Santa Bárbara foi também dada a notícia de que estava à venda. Como é que está o negócio?

Congratular o bom termo do projeto do Hotel São Paulo, o seu desenvolvimento, a sua candidatura, e tenho a certeza que nos próximos tempos vamos ter uma unidade hoteleira de referência no nosso Concelho.

Quero felicitar a EPTOLIVA pelo seu recente prémio. A EPTOLIVA venceu o Concurso do Hidrogénio, que é uma das energias do futuro, no âmbito de um Programa Internacional da Associação Portuguesa de Hidrogénio. Isto não é uma loucura, não é uma visão, há já veículos no nosso País e no Mundo movidos a hidrogénio. Provavelmente não há mais, nomeadamente veículos pesados e autocarros, porque há a indústria do petróleo que é uma indústria concorrente do hidrogénio. Parabéns à EPTOLIVA por este prémio e por estar na linha da frente da investigação e na vanguarda com os seus alunos.

Dar aqui a seguinte nota: Há uma falta de decoro e uma hipocrisia muito grande em torno da questão da Saúde no nosso País, e que transcende claramente o Concelho. O nosso amigo da bancada do PSD vem pôr aqui a questão do funcionamento do Centro de Saúde e da Fundação Aurélio Amaro Dinis. Isto é uma hipocrisia nacional! A líder do CDS e o líder do PSD não falaram absolutamente nada sobre a greve cirúrgica que está a acontecer e que



põe em causa imensas vidas em Portugal e põe em causa a nossa Saúde. Sobre isso não ouvi nada!

Agora, relativamente a este problema da ADSE, que está para ser resolvido pelo nosso Governo, já dizem que estão a tocar no privado e já se manifestam. Não tenhamos dúvidas, meus amigos, nos quatro anos e meio do Governo CDS/PSD o que se fez foi desmantelar o Serviço Nacional de Saúde. Vejam o programa da passa segunda-feira, onde médicos conceituados deste País dizem que durante quatro anos e meio houve um desinvestimento total na Saúde e, naturalmente, este desinvestimento está a refletir-se agora.

Em Oliveira do Hospital arranjou-se uma solução para que os cuidados de saúde possam funcionar: Foi-se para a Fundação Aurélio Amaro Dinis e estamos muito melhor e agora ataca-se a Saúde!

Há coisas que mexem comigo: Há pessoas que quando estão no poder defendem os privados e querem favorecer os privados e quando vão para a oposição fazem precisamente o contrário. Isto é hipocrisia total é falta de decoro. Não pode ser!

A nossa colega do CDS vem agora falar sobre uma empresa e perguntou qual era o papel do Sr. Presidente da Câmara: Eu acho muito bem mas, quando estão no poder, defendem que o privado é que é bom. Quando estão na oposição já dizem que temos de ajudar as empresas mas não as ajudam quando são poder e deixam-nas morrer. Só ajudam, como ouvimos ontem na televisão, empresas de quem? De certeza que não é quem mais precisa!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Acho que esta Sessão da Assembleia Municipal está morna e às vezes precisamos de a aquecer. Hoje senti a falta do Deputado Rafael Dias para esta nossa luta.

Vou responder aos Srs. Deputados com calma e tranquilidade porque o debate é mesmo isto: É a visão diferente que temos.

Também diria, para alguns Deputados da oposição, quanto pior estiver o Concelho melhor para eles. Todos nós percebemos esse jogo! Todos nós percebemos que é fácil fazer isso porque, para alguns, se o Concelho estiver pior para eles é melhor porque têm mais margem para ter outros resultados, pensando numas próximas eleições onde eu não sou candidato.

A primeira intervenção foi do Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia: Gostaria de responder ao Sr. Luciano para

lhe dizer que estamos a lançar uma obra que me está a preocupar. O Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, também fez a mesma pergunta.

Dizer-vos que há uma obra entre a estrada da Catraia e a Ponte de São Gião onde há um problema de deslizamento de terras e, por uma questão de segurança, colocámos umas guardas. Neste momento temos o projeto feito mas não podemos avançar com as obras enquanto as chuvas se mantiverem. Temos uma equipa que tem feito uma avaliação permanente porque a Câmara Municipal tem a obrigação de defender a segurança dos seus Municípios. É isso que nós temos feito.

Quero dizer ao Sr. Luciano e ao Sr. Rui Coelho que hoje esta obra é a mais prioritária no Concelho de Oliveira do Hospital. Dizer ainda que esta obra tem vários procedimentos: Primeiro foi preciso fazer um projeto; Foi preciso fazer um estudo; Foi preciso ver para onde é que se desvia a água e, por isso, temos estado a acompanhar este processo mais de perto.

Queria dar uma satisfação aos Srs. Presidentes de Junta e dizer-lhes porque é que não lhes atribuí a verba do lixo: De acordo com a estratégia financeira que tenho no Município achei por melhor atribuímos hoje os dez mil euros a cada uma das dezasseis Juntas de Freguesia, o que totaliza o valor de cento e sessenta mil euros. Numa próxima Assembleia faremos essas contas referentes à verba do lixo e até fiz a proposta para efetuar o pagamento em fases.

Sobre a requalificação da Rua do Casal em São Gião: Neste momento não sei como está a obra e, por isso, não lhe posso responder. Percebo que os Srs. Presidentes de Junta têm que dar satisfações aos vossos Fregueses.

Também quero dizer que a Câmara Municipal tem feito um esforço enorme para cortar os pinheiros junto às estradas. A Câmara Municipal tem contratado equipas para cortar os pinheiros. A nossa estratégia é a seguinte: É marcar os pinheiros que estão à beira da estrada e, quando os proprietários não os cortam, passado algum tempo vamos lá e cortamos. Tem valido a pena marcá-los e deixá-los lá uma semana porque muitos dos proprietários acabam por os ver marcados e depois vão-nos cortar, e isso tem-nos facilitado a vida.

Câmara Municipal tem gasto dezenas de milhares de euros com o corte dos pinheiros. O Concelho é muito grande, tem uma dimensão enorme e, por isso, neste momento eu próprio reconheço que não temos capacidade para chegar a todo o lado.

As Juntas de Freguesia que têm empregado, que têm alguns meios, e se virem um pinheiro que oferece perigo, não vejo mal se fizerem esse trabalho. Eu não digo que a Junta é obrigada a fazer esse trabalho mas, na minha opinião, e em caso excepcional de perigo e numa emergência, em vez de estarmos a mandar uma equipe as Juntas também têm obrigação de fazer esse trabalho e de colaborar com a Câmara Municipal.

Quero dizer também ao Sr. Luciano o seguinte: Como sabe estive num funeral em Rio de Mel, na sua terra. Quando vim para baixo a primeira coisa que fiz foi ligar ao Prof. Daniel Dinis e dizer-lhe que estrada, de São Gião para cima, está com alguns buracos e, por isso, o mais depressa possível deveríamos tapar esses buracos. Quero dar-lhe estes pequenos exemplos de ação.

Sobre a sinalização queimada também quero dizer-vos que há coisas que eu não consigo perceber!

No Concelho de Oliveira do Hospital foi feito um levantamento de toda a sinalética queimada e esta semana verifiquei que num cruzamento, quando se vem de Travancinha pelo lado do Seixo, há dois sinais de trânsito que estão queimados. Liguei logo para o Eng.º Frenado Vicente para ele resolver. Não se percebe que ao fim de tanto tempo nós tenhamos dois sinais de trânsito queimados quando devíamos ter metido todos esses sinais no levantamento já efetuado para que sejam pagos.

Como sabem, ainda não abriram as Candidaturas para as Câmara Municipais e os prejuízos causados pelos incêndios e sinalizados pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital são de cerca de um milhão e meio de euros. Têm que se realizar as obras até trinta de junho e ainda não abriram as candidaturas. Quer dizer: Têm que se realizar as obras mas nós nem sabemos o que é que havemos de fazer. É verdade que há aqui uma contradição.

Já substituímos a sinalética queimada e ficámos com as faturas à espera. Há obras de grande dimensão como por exemplo onde era o Lar de Travanca. Nós temos um projeto que também está sinalizado só com uma parte do dinheiro.

A lei diz que aqueles dinheiros tinham que estar realizados até trinta de junho mas a verdade é que de Lisboa, o organismo que tutela isto, ainda nem abriu as candidaturas. Temos uma primeira candidatura validada pela CCDR mas é preciso fazer uma segunda candidatura. Não dá para uma pessoa perceber como é que daqui até junho conseguimos realizar as obras. Com certeza que têm que prorrogar o prazo.

Aquilo que eu disse e, mais uma vez, aquilo que eu digo aos Srs. Presidentes de Junta é que me façam chegar o levantamento de toda a sinalética queimada que é necessário substituir. Srs. Presidentes de Junta façam chegar isso ao Prof. Daniel para nós nos organizarmos e fazermos uma adjudicação para substituir esses sinais. Eu também sou sincero e tenho que dizer isto: Não consigo perceber como é que esses sinais não foram georreferenciados?

Dizer ao Deputado João Brito o seguinte: Eu percebo qual é o papel do Eng.º João Brito mas deixem-me dizer o que é que eu pensei quando o estava a ouvir. Depois da intervenção pensei para mim o seguinte: O Eng.º João Brito vive no Concelho de Oliveira do Hospital ou vive em outro Concelho? É preciso pensarmos se ele vive neste Concelho ou se vive em outro Concelho porque para ele fazer oposição a este Executivo parece que precisa de notícias em jornais e na televisão.

Eu pensava que a oposição andava atenta, que falava com as pessoas e identificava os problemas mas, parece que não! O Deputado João Brito ouviu o Sr. Presidente do Agrupamento de Escolas fazer algumas afirmações e veio aqui com essas declarações.

Relativamente ao programa da Ana Leal sobre os tractores eu também vou abordá-lo porque eu não fujo às coisas e tenho a obrigação de vos esclarecer. Já dei uma conferência de imprensa mas tenho a obrigação de esclarecer os Deputados sobre as coisas que se dizem e que se fazem.

Deixe-me dizer-lhe ainda o seguinte: Sabe onde estive ontem com o Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital? Não foi com o Deputado Carlos Carvalheira, foi com o Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital. Ontem estive numa reunião na Administração Regional de Saúde. Sabem quem é que lá estive? Estive o nosso Diretor do Centro de Saúde, o Dr. Miguel, estive o Diretor do ACES, estive a Sra. Presidente Rosa Reis Marques, estive o Vogal o Dr. Mário Ruivo. Estivemos lá a discutir e estivemos lá a resolver problemas porque eu não deixo os problemas para os outros resolverem. Aquilo que é do interesse coletivo eu tenho a obrigação de fazer essa defesa. Ontem estivemos lá todos sentados na mesma mesa. A reunião começou por volta das três e um quarto da tarde e saímos de lá às cinco e meia. Tenho aqui uma testemunha e não preciso de recados para fazer o trabalho que me compete. Até porque todas as pessoas sabem que eu sou um Presidente especial e sou uma pessoa que estou em cima dos problemas e não preciso que os jornais me digam o que é que eu tenho que fazer.

Depois há aqui outra coisa que disse e eu vou dizer-lhe, olhos nos olhos, o seguinte: Você acredite, o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital nunca funcionou tão bem como hoje. Escreva isto! O Centro de Saúde de Oliveira do Hospital presta um excelente serviço. Foi esse o balanço que ainda ontem fizemos. Ontem, na mesa das negociações dissemos que as coisas estão a correr bem e que foi o mesmo que disse a Deputada Dra. Ana Marta aqui na última Assembleia. A Dra. Ana Marta já tinha dito o mesmo e já tinha feito duas intervenções brilhantíssimas aqui na Assembleia Municipal. Também acho que há pessoas que não gostaram mas isso não é um problema meu.

Dra. Marta, eu dou-lhe os parabéns porque esclareceu esta Assembleia e ontem mais esclarecido fiquei. Ontem, fiquei a saber como as coisas estão a correr na área da Saúde em Oliveira do Hospital, e ainda bem que nós temos a Fundação Aurélio Amaro Dinis, e ainda bem que nós não deixamos cair ao primeiro dissabor a tentativa de termos uma urgências entre as zero horas e as vinte horas porque o Centro de Saúde da forma como está não atende casos de urgência, e nós precisamos de respostas para esses casos, que são meia dúzia.

Ontem discutia-se o seguinte: Se um aluno do Agrupamento, que está ali a meia dúzia de metros, fizer um pequeno corte num joelho tem que ir a Arganil, tem que ir a Seia ou tem que ir a Coimbra? Esta foi uma das discussões e encontraram-se ali alguns consensos.

Gostaria de vos recordar o seguinte: Hoje temos médico de família para todas as pessoas do Concelho de Oliveira do Hospital mas quando a Dra. Marta veio tínhamos dez mil pessoas sem médico de família.

Há aqui um grande trabalho e a Dra. Ana Marta também poderia testemunhar como é que eu a convenci a vir para Oliveira do Hospital, e eu também lhe agradeço a ela e às outras pessoas.

Também tenho vindo a perceber melhor porque é que os médicos mais novos não queriam vir para Oliveira do Hospital. Sabe porque é que eles não queriam vir para Oliveira do Hospital? Porque muitos não tinham formação para fazer urgências. E isso inibia-os de concorrer para cá.

Quero dizer-lhe que nós estamos a fazer o nosso trabalho e estamos com tranquilidade.

O Eng.º João Brito é injusto nas críticas que faz a este Executivo. Eu até percebo que estas críticas estão relacionadas com questões políticas e lógica partidária mas não as percebo na lógica do interesse municipal o que são coisas completamente diferentes.

Em Oliveira do Hospital, como já disseram aqui vários Deputados, o PSD acobardou-se quando houve a manifestação, e nós sabemos porque é que se acobardou. O PSD acobardou-se porque na altura quem governava o País era um Governo do PSD. O Governo do PSD, com a desculpa da Troika, roubou Oliveira do Hospital e criou a SUV de Arganil. Na altura o Presidente da Câmara, eleito pelo PSD, pelo menos deveria ter lutado para reivindicar e não deixar ir a SUV para Arganil. Eu não estou a dizer quem fez, ou quem não fez, não é nada disso! Acho que as pessoas se calaram e consentiram, que é uma coisa diferente. A grande diferença, ente a minha liderança e a liderança anterior, é que se fosse comigo eu não me calava! Eu não me calarei!

Os Senhores não concordam com as urgências na Fundação Aurélio Amaro Dinis mas eu vou-lhe dizer que não há ninguém mais de acordo do que eu.

O Deputado Rafael até fez questão de o afirmar porque senão tivéssemos as urgências na Fundação Aurélio Amaro Dinis estaríamos abandonados e assim nós não ficámos abandonados e temos ali uma solução. Na minha opinião é uma solução que é ligeiramente melhor do que o SAP só por uma razão nomeadamente por causa dos meios auxiliares de diagnóstico. Sobre isto estamos falados!

Gostava de abordar aqui a Conta Solidária: Os Senhores devem saber que a Conta Solidária foi subindo até com os vossos donativos, que também quero agradecer. Os donativos da Conta Solidária têm que ser utilizados com critérios.

Os Senhores não se lembram que aprovaram aqui um Regulamento para a Conta Solidária? Estão, isto não é transparência? Isto não é rigor?

Sabem quem é que vai deliberar? Está agora a decorrer um prazo para as pessoas se candidatarem à Conta Solidária e sabem porquê? Vocês aprovaram um Regulamento para a Conta Solidária na Sessão da Assembleia de dezembro e de acordo com os critérios do regulamento deram o poder à Câmara Municipal. Um dos critérios do Regulamento é haver um relatório dos Serviços de Ação Social. Por isso, o que temos que fazer é cumprir com todos os critérios e levar os processos a reunião de Câmara Municipal onde serão discutidos.

Hoje a grande diferença é que não há filhos nem enteados e tem que haver critérios.

Meus caros amigos também é importante dizer o seguinte: Nós nunca deixámos ninguém que precisasse de ajuda sem nada. O Sr. Vereador da oposição também pode testemunhar quantos subsídios sociais levamos à Reunião de Câmara Municipal, e alguns só para ratificar porque o dinheiro já

está entregue, e o Sr. Vereador da oposição sempre votou a favor e teve sempre um gesto de solidariedade nestas ajudas.

Meus caros amigos, fizemos estas ajudas e não precisámos de mexer na Conta Solidária porque tínhamos dinheiro disponível para resolver os problemas das pessoas. Digo-vos que em apoios sociais diretos gastámos mais de duzentos mil euros.

Tenho muitas histórias que poderia contar: Hoje uma funcionária da Câmara disse-me o seguinte: Sr. Presidente, vi uma coisa no Facebook que me chocou. Uma mãe está a fazer um peditório para fazer um exame médico à filha.

Pedi-lhe que me arranjassem o contacto telefónico dessa mãe e já na próxima segunda-feira tenho uma reunião para tentarmos resolver o problema. Para termos um exame rápido, já que às vezes o Serviço Nacional de Saúde não dá resposta, e quando é o nosso filho nós sabemos o que sentimos. Acho que não posso deixar de ajudar.

Poderia contar outra história: Um dia apareceram duas pessoas que estavam em pânico porque a filha precisava de fazer uma ressonância magnética e no hospital público demorava cerca de quatro meses. Desconfiavam de um cancro e a mãe estava em pânico. A ressonância magnética custava trezentos e cinquenta euros. Eu disse-lhe: Faça já amanhã a ressonância porque nós vamos tratar do dinheiro com os Serviços de Ação Social.

Acho que isto é que é política, isto é fazer pelas pessoas, é ajudarmos e colocarmo-nos do outro lado.

Sobre os bens doados: Os bens doados foram uma complicação porque foram de uma grandeza de tal ordem que temos muitas dificuldades para os distribuir e, por isso, fomos obrigados a arrendar dois pavilhões.

Como vocês sabem, estamos a entregar as casas reconstruídas e estamos a fazer e a entregar kits com os bens que nos foram doados. As pessoas também têm que ter consciência que isto é um processo gigantesco.

Sobre os tractores quero dizer o seguinte: Os Srs. Deputados merecem esta satisfação e é neste lugar que ela deve ser feita. Quero que as pessoas saibam o que se passa. As pessoas, lá fora, podem dizer que o Presidente queria ficar com os dezanove tractores mas a verdade é que o Presidente pôs os tractores à vista para toda a gente saber que eles estavam ali, e ninguém os escondeu!

Sobre o processo dos tractores já dei uma Conferência de Imprensa onde, de uma forma geral, dei esclarecimentos aos Oliveirenses. Mas também é verdade que devo aqui esse esclarecimento aos elementos deste Órgão da Assembleia Municipal que foram eleitos pelo povo: Foi aberta uma candidatura

para que as pessoas que perderam os tratores se pudessem candidatar; Foram afixados editais nas Juntas de Freguesia com a divulgação desta candidatura e ainda com o respetivo prazo; No final houve setenta e duas candidaturas para dezanove tratores; Esta lista, com setenta e dois candidatos para os tratores, foi entregue à Cáritas para eles fazerem as escolhas porque eu disse que não estava interessado em fazer a escolha. Sei que a Cáritas contactou algumas pessoas e fez um inquérito.

Seguidamente, talvez um mês depois, foi-me enviada uma lista com dezanove nomes para eu validar. E eu, que não tive interferência nas escolhas e nem tinha conhecido os critérios, neguei-me a validar a lista porque neste processo inicial parecia-me que havia alguma falta de rigor. Vocês sabem que o que estava aqui em causa eram dezanove tratores para setenta e duas candidaturas e, por isso, eu até disse que era uma prenda amarga.

O que é que nós fizemos? Eu e a Sra. Vereadora fomos à Cáritas, a Coimbra, e discutimos isto com o Padre Luís Costa. Disse-lhe que não validava a lista de distribuição dos tratores enquanto não existissem critérios bastante bem definidos.

Depois foi feita outra reunião com a Cáritas neste Salão Nobre e chamámos as setenta e duas pessoas interessadas, penso que faltaram oito pessoas. Expliquei qual era a minha posição e disse que não validava a lista. Disse ainda que na minha opinião, e já que não há critérios, fazíamos um sorteio, mas não aceitaram.

Entretanto, a Cáritas registou nove tratores em nome de pessoas que já tinha escolhido, e eu não tinha nada a opor.

Como os Senhores sabem, e também é bom recordar, na Sessão da Assembleia Municipal de dezembro eu já tinha falado sobre os tratores e, por isso, o processo nunca foi escondido.

Conclusão: Ficaram dez tratores para entregar. Eu disse ao Padre Luís que lhe validava dez nomes desde que os processos fossem analisados pelo Gabinete de Ação Social em conjunto com os Srs. Presidentes de Junta. Pedimos também a colaboração do Ministério da Agricultura para verificarmos se aquelas pessoas tinham, ou não, verbas para tratores. Durante este trabalho verificámos que havia dois casos em que as pessoas nunca tiveram trator; Vimos que algumas pessoas fizeram candidaturas ao PDR 2020 e tiveram participação financeira de 85% para o trator e fomos excluindo candidatos.

Um dos que apareceu na entrevista, e já agora também é bom esclarecer isso, teve direito ao seguinte, e aqui é que não há justiça: Teve um



motocultivador dado pela Câmara Municipal que nos foi oferecido pelo MacDonald's; Teve direito a quatro mil e quinhentos euros para um trator e teve ainda um trator novo. Acham que foi um critério Justo? Depois houve outros que ficaram sem nada! Por isso, meus caros amigos, eu não sirvo para isto!

O nosso Gabinete de Ação Social fez um grande trabalho, cruzou todos os dados, o processo foi um bocado lento, e quando a televisão passou o programa nós já tínhamos feito a reunião para a entrega dos tratores.

Quero dizer-vos o seguinte: Não sei se o protagonista que vende isto à jornalista se ele quer, outra vez, ser candidato à concelhia do PSD, ou não, e isso não é um problema meu e é um problema dele!

Quanto aos tratores é bom que as pessoas fiquem a saber a verdade e, como eu disse, todo este processo deu bastante trabalho e demorou um pouco de tempo porque eu quis liderar este processo. A Câmara Municipal tem ajudado as pessoas.

Relativamente a este processo dos tratores bastaria que o Presidente da Cáritas, o Padre Luís Costa, tivesse feito uma coisa simples e que era dar-nos o dinheiro que gastaram nos dezanove tractores. Depois, com esse dinheiro comprávamos quarenta, ou cinquenta, tratores até porque os tratores que arderam já não eram novos.

A Cruz Vermelha Portuguesa vai entregar uma verba para comprar tratores para algumas pessoas bastante pobres e assim vamos resolver o problema a cinco pessoas que até pela sua idade não tinham um trator novo.

Dizer-vos ainda o seguinte: Duas pessoas enviaram fotografias de tratores que nunca tiveram.

Quero dizer-vos também que eu não assino nada de cruz e leio o que assino. Como não tenho só esta vida, e como quis ser eu a liderar, este processo pode ter-se atrasado cerca de quinze dias a três semanas mas não foi mais! Também é preciso dizer que os tratores chegaram cá há relativamente pouco tempo, penso que talvez três meses, e até parece que estiveram ali um ano para os distribuirmos, e isso não é verdade.

Como vocês sabem, apresentámos sempre nas reuniões da Assembleia e nas reuniões de Câmara qual era o valor que estava na Conta Solidária. E não era com setenta e quatro mil euros que tínhamos dado resposta a todas as necessidades porque devemos ter gasto mais de um milhão de euros. Em subsídios sociais diretos atribuímos mais de duzentos mil euros.

Penso que devemos ser claros! Uma pessoa pode ser acusada e castigada por ter um rigor excessivo ou por ser transparente?

Uma pessoa pode ser acusada e castigada por querer saber para onde vai o dinheiro?

No que diz respeito à Conta Solidária, liguei para agradecer a todas as pessoas que fizeram donativos e as pessoas só me pediram o seguinte: “*Quando a verba for utilizada tire uma fotografia para sabermos para onde foi o nosso dinheiro*”. E é isso que vamos fazer.

Também vos digo que gostaria que outros fizessem a apresentação dos valores recebidos e que os colocassem nos devidos lugares, ou nos jornais, e dissessem para onde é que foi o dinheiro dos donativos que receberam.

Relativamente à obra da Escola quero dizer o seguinte ao Eng.º João Brito: Como o Senhor sabe, a contratação pública obedece a determinadas regras. Como sabe, as obras contratualizadas têm um prazo. Por isso, aquilo que nós queremos é que a obra corra bem, até porque se não fosse o dinheiro que na altura eu arranjei através do pacto da Comunidade Intermunicipal o amianto não iria sair. O Senhor sabe que há obras que correm bem e há outras obras que correm mal. Mas as obras têm prazo e têm coimas.

Todos nós estamos preocupados e queremos que a obra ande o mais rapidamente possível. Esta obra tem alguma complexidade, e se me perguntarem como é que está a correr a obra, eu tenho que dizer que a obra está a correr mal. Eu tenho que lhe dizer isso porque eu não escondo as coisas!

Sra. Deputada Alice Gouveia, ouvi com atenção a sua intervenção. A primeira coisa que lhe queria dizer é que tenho acompanhado todo o processo desde o início, até porque conheço todas as pessoas tão bem como a Sra. Deputada. Tudo o que a Deputada Alice Gouveia disse é verdade.

Quero ainda dizer-lhe que reuni várias vezes com o Conselho de Administração da empresa para tentar reabrir aquela estrutura que é muito importante para aquela zona do Concelho devido ao número de postos de trabalho. Nas reuniões que fiz o que percebi é que havia desinteresse, até porque o capital que estava seguro, numa seguradora francesa, era muito maior do que o valor da serração. Na minha opinião, aquilo até lhe deu jeito. Deu-lhe jeito para acabar com os postos de trabalho. Levaram os postos de trabalho para outra empresa em Cantanhede porque a lei permite fazer o que eles fizeram durante um ano. Também quero dizer que acompanhei o processo de indemnização aos trabalhadores e consultei alguns advogados para proteger as pessoas.

Dizer ainda que todos os trabalhadores aceitaram as indemnizações a que tinham direito. Penso que ainda tiveram uma margem ligeiramente superior.

Diria também que se fosse em 2010 ou 2012 preocupava-me mais com estes trabalhadores do que me preocupo neste momento. Alguns destes trabalhadores já arranjam trabalho e há outros que neste momento estão a fazer Planos Ocupacionais aqui na Câmara Municipal. Estes trabalhadores, derivado à sua experiência, formam uma das equipas que têm andado a cortar os pinheiros à beira das estradas.

Neste momento há possibilidade para trabalharem noutras empresas mas alguns também me disseram que agora, por um período, queriam descansar. Eu tenho estado a acompanhar, tenho falado com eles e também já contactei com outras empresas do setor das madeiras na tentativa de reativar aquela empresa. No Ervedal da Beira a história das empresas de serração de madeira confundem-se desde a minha infância.

Dizer ainda o seguinte: Agora a taxa de desemprego é baixa e neste momento há muito emprego e há muitas firmas que querem trabalhadores. Também já desafiei algumas pessoas para virem trabalhar para a Câmara. É verdade que é com POC, e que é emprego precário, mas também não mostraram disponibilidade porque estão à espera de outros empregos e isso ninguém pode levar a mal.

Ontem entregámos mais duas casas: Uma das casas tem um significado enorme porque pertence a um casal jovem que tem dois filhos. O elemento masculino deste casal teve um acidente que o colocou numa cadeira de rodas. A entrega daquela casa teve um simbolismo especial e foi bom ver aquela família extremamente feliz e uma aldeia extremamente feliz.

Sobre a Pousada do Convento do Desagravo quero dizer-vos que houve muitos contactos com várias empresas e foi possível encontrarem alguns interessados. Há uma empresa que é dona de um conjunto de hotéis, e que tem uma grande estrutura, e irá ser assinado contrato com a Fundação Bissaya Barreto que é a proprietária da empresa hoteleira da Pousada do Convento do Desagravo. A reabertura da Pousada do Convento do Desagravo é uma boa notícia para o Concelho porque irá criar um conjunto de postos de trabalho.

Neste momento também desenvolvo contactos para resolver o problema da Pousada de Santa Bárbara. A Pousada de Santa Bárbara é um ícone no nosso Concelho.

Sobre o Projeto da Reflorestação dizer-vos que fecharam as candidaturas da primeira fase do projeto. As candidaturas apresentadas nesta primeira fase representam um total de setenta e oito mil árvores. Este número de árvores é um

número bom mas não é suficiente. Vamos abrir a segunda fase de candidaturas. O nosso objetivo é entregarmos um milhão de árvores.

Sobre a Gala do Desporto: A Gala do Desporto correu muito bem. O Prof. Nuno Ribeiro e a sua equipa estão de parabéns.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“A intervenção do Sr. Presidente foi extensa mas justificou-se porque foram esclarecidas questões relevantes.

Passávamos agora para o Ponto I da Ordem de Trabalhos.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“As nossas contas continuam com um saldo de normalidade.

Dizer-vos também que está para começar a obra junto à Central de Camionagem. Esta obra foi adjudicada a uma empresa de Viseu e já tem visto do Tribunal de Contas.

Dizer ainda que tenho participado num conjunto de reuniões com diferentes Ministros porque faço parte de uma equipe que neste momento negocia com as Águas de Portugal e com o Sr. Ministro do Ambiente as dívidas dos Concelhos que integravam as Águas do Zêzere e Côa.

Por outro lado queria dar aqui uma satisfação: Hoje o Dr. José Francisco Rolo não está presente porque está em Coimbra a assinar um protocolo com o Sr. Secretário de Estado das Comunidades, Dr. José Luís Carneiro. Este protocolo visa a criação de uma linha direta preferencial de atendimento para os nossos emigrantes e a captação de investimento.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Estive a ver o Relatório, estamos no princípio do ano, e não há nada a apontar, é tudo normalíssimo.

Relativamente às atas quero dizer que aprecio bastante as atas feitas pela Esmeralda. Não digo isto para agradar mas é a verdade. Só que, por vezes, há determinadas coisas que se dizem que são relevantes politicamente. Ora, sendo relevantes politicamente para a Assembleia não são relevantes politicamente

para a Esmeralda porque a Esmeralda não está num lugar político. A Esmeralda está a exercer a sua atividade profissional nomeadamente assessorar a Assembleia Municipal e também fazer as atas. O que o Eng.º João Brito pediu não tem nada a ver com ela, nem tem a ver com a maneira dela fazer a ata, que eu acho que é correta. Eu tenho lido as atas, sei que ela faz bem as atas, e concordo plenamente com o que ela faz e dou-lhe os meus parabéns por isso.

Relativamente ao Ponto I dizer que vi uma dívida de empreitada a CIP-Construções S.A.. Ou seja, esta verba deve ser, em princípio, relacionada com a requalificação do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e a Casa da Cultura. O prazo previsto para a conclusão das obras era de seis meses e expirou em dezembro passado. A empresa recebeu antecipadamente cerca de 30% do valor do contrato. Os trabalhos em causa já efetuados são inferiores, em meu entender e no entender de outras pessoas, ao valor inicialmente recebido por antecipação. O dinheiro gasto não justifica os trabalhos que atualmente lá estão.

Para quando está prevista a conclusão das obras? Está previsto a aplicação de normas constantes no contrato?

Segundo eu sei a empresa pediu insolvência e como é que a autarquia tem tratado desta situação?

Queria que esta situação fosse esclarecida até porque as pessoas na rua também questionam esta situação e é bom que a Câmara diga o que é que se está a passar com esta obra.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente à questão das atas quero clarificar o seguinte: Nós também compreendemos que a observação do Deputado João Brito não pretendeu de forma nenhuma visar a Esmeralda. É verdade que é muito difícil e ela já se queixou várias vezes que os equipamentos de gravação, e muitas vezes por erros nossos, distorcem as intervenções. Ou seja, a qualidade da gravação não é boa e às vezes há dificuldades em reproduzir algumas intervenções. Parece-me, a exemplo do que se verifica noutras entidades em que as atas são importantes, e muito do que aqui acontece é debate e tem algum imprevisto, mas as intervenções mais estruturadas, e quando os respetivos intervenientes façam questão que sejam adequadamente transcritas, podem ser apresentadas por escrito e assim não há margem para dúvidas. Não estou a dizer que seja possível em todas as situações mas essa possibilidade também facilita o trabalho da Esmeralda e o rigor da ata. Naturalmente que não se pode

transcrever tudo até porque a linguagem falada muitas das vezes é completamente incompatível e é preciso fazer algumas aproximações, e acho que a Esmeralda tem muita experiência, mas às vezes alguma coisa pode passar.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A primeira coisa que quero dizer é que o Sr. Deputado João Esteves disse aqui algumas coisas erradas e acredito que seja por desconhecimento. Não posso dizer-vos agora se esta fatura pertencer à obra da Casa da Cultura ou à obra da Escola Secundária porque o empreiteiro é o mesmo.

Há aqui duas coisas que eu gostava de esclarecer: Esta obra é da responsabilidade da Câmara Municipal. Os engenheiros que acompanham esta obra são pessoas de alta confiança e propuseram-me uma prorrogação de cento e quatro dias para esta obra. Essa prorrogação assenta na lei.

Esta obra foi adjudicada com o pressuposto de ser construída em seis meses.

Os Serviços Técnicos da Câmara Municipal elaboraram um parecer que é aprovado em reunião de Câmara onde é proposto uma prorrogação da obra em cento e quatro dias. Depois, a partir daí há uma multa que está prevista na lei geral. Há multas por cada dia de não-execução.

Por isso, aquilo que eu queria dizer é o seguinte: A empresa não está insolvente. A empresa tem um programa especial de revitalização e eu acredito que a empresa vai sobreviver.

Onde o Deputado João Esteves cometeu o maior erro foi quando disse que não há trabalho feito naquele valor. Quero dizer ao Deputado João Esteves que está enganado porque os 30% de adiantamento são cobertos por uma garantia bancária que a Câmara Municipal tem. Mesmo se hoje a empresa deixasse a obra não havia dinheiro a mais. Não há dinheiro a mais porque os Engenheiros da Câmara Municipal são muito rigorosos e não deixam passar nada.

Quero dizer-lhe que estou absolutamente tranquilo com as obras da Escola Secundária e com as obras da Casa da Cultura.

Outra coisa que é importante perceber é o seguinte: Quando se faz um contrato para a adjudicação de uma obra as empresas precisam de apresentar uma declaração de não dívida da Segurança Social e uma declaração de não

dívida das Finanças. Só depois de apresentarem estas declarações de não dívida, que são exigidas por lei, é que se assinam os contratos de adjudicação.

Uma empresa por estar num programa especial de revitalização não é uma empresa condenada. Acredito que a empresa vai sobreviver até porque o empresário é um homem dinâmico. Tenho percebido que o empresário tem atravessado algumas dificuldades mas desejo-lhe tudo de bom porque a empresa é importante para o Concelho e espero que ele nos acabe as duas obras o mais depressa possível.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Este esclarecimento é importante. Em terras pequenas especula-se sobre estas questões e não há nada como ter a situação clarificada por quem o pode fazer.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Calendarização das Sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital para o ano de 2019.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Na linha das iniciativas da promoção da transparência nos Municípios, em cujo índice nós estamos muito bem situados, um dos itens é antecipadamente ser marcada e divulgada a calendarização das Sessões da Assembleia Municipal. No ano passado procurámos conformar-nos com essa orientação e este ano vínhamos fazer o mesmo. Tenho aqui uma proposta com datas para as Sessões da Assembleia Municipal.

Como sabem, na Sessão de fevereiro tivemos que nos ajustar à necessidade da Assembleia Extraordinária e o calendário desta mesma Sessão também foi condicionado pela questão que iremos discutir no final, que se prende com a eventual integração na Empresa Intermunicipal de Águas, e restamos, por isso, estabilizarmos datas para as Sessões Ordinárias de abril, junho, setembro e dezembro.

Um dos critérios que temos seguido é procurar chegar as Sessões ao final dos meses para dar ao Executivo a possibilidade de fazer o seu trabalho e de trazer à Assembleia o que é devido e, por uma questão de planeamento do trabalho, assim é mais conveniente aqui e em todo o lado.

Assim sendo, temos aqui para a Sessão de abril uma proposta para o dia 26 de abril. Estou à espera que reajam e que não fiquem muito confortáveis. Apontámos para o dia 26 de abril porque o dia 25 de abril é feriado e é normal e desejável que os Órgãos Municipais eleitos festejem o dia 25 de abril onde se comemora uma grande conquista e, por isso, devemos celebrá-la. Nós, que nos disponibilizámos para integrar listas de Órgãos Municipais, sabemos que isso também implica adaptações das nossas vidas pessoais. O dia 25 de abril é um marco importante e achámos que o dia 26 de abril seria uma boa opção.

Depois, para junho, e de acordo com o mesmo critério, temos uma proposta para o dia 28 de junho e para setembro temos como proposta o dia 27 de setembro.

A última Sessão do ano poder ser em novembro ou dezembro. Aqui tem sido feita no final de dezembro entre o dia de Natal e o final do Ano. O Sr. Presidente da Câmara Municipal conversou comigo e manifestou vontade de marcarmos a Sessão da Assembleia Municipal até ao dia 15 de dezembro e a proposta para a Sessão da Assembleia Municipal é o dia 13 de dezembro.

A definição destas datas, como sabem, é uma competência da Mesa da Assembleia Municipal mas entendemos que devem ser partilhadas e ouvidas eventuais sugestões e por isso dou a palavra a quem se quiser pronunciar.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui falar do mesmo que já falei no ano passado e que é sobre a questão do horário das Sessões da Assembleia Municipal. Os Senhores Deputados estarão de acordo comigo porque esta Assembleia deverá ser uma caixa-de-ressonância da sociedade civil e isto não é uma questão ideológica, não é uma questão política, é uma questão de bom senso. Não se trata do Partido Socialista, não se trata do PSD, não se trata do Partido Popular, trata-se de sermos honestos uns com os outros e, como disse a Caríssima Presidente da Assembleia Municipal, trata-se de transparência. Porque se é de facto transparente que os Municípes tenham acesso às atas também é uma questão de transparência e de cumprimento da democracia que a mesma sociedade civil possa intervir e assistir aos trabalhos da Assembleia Municipal.

Parece-me que este horário das duas e meia da tarde é obsoleto. É obsoleto para quem é profissional e trabalha no setor privado, é obsoleto para quem como eu é estudante e tem de faltar a aulas e, se é obsoleto para um deputado, certamente que será obsoleto para o resto da sociedade civil. E



espanta-me, enquanto Deputado mais novo desta Assembleia, que tenha que apelar à memória dos Senhores Deputados. Convido-os a olhar lá para trás, para ver qual é a plateia, e pensarem um pouco qual era a plateia nos últimos mandatos. Nessa altura eu não era Deputado, nem sequer tinha idade para votar, mas vinha aqui exercer o meu direito democrático de assistir às Sessões da Assembleia Municipal. A verdade é que as Sessões da Assembleia estavam cheias, os lugares estavam todos ocupados e havia pessoas em pé a assistir porque as pessoas e a sociedade reconheciam que a Assembleia Municipal era efetivamente um evento estruturante da democracia e da vida política de Oliveira do Hospital. Se assim não for e se a sociedade civil não intervir então isto passa a ser uma corte, voltaremos aos tempos de D. Manuel I e reunimos aqui a nobreza, o povo e o clero, e não for não faz grande sentido aquilo que estamos aqui a fazer.

Vinha aqui pedir à Sra. Presidente da Assembleia Municipal que tivesse a coragem de incitar esta Assembleia a mudar o horário destas Sessões.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado Nuno Rafael Oliveira Dias muito obrigada pela sua intervenção.

Quero recordar duas coisas: O Senhor tem toda a legitimidade para abordar o tema colateral à questão das datas no horário que está aprovado. O Senhor tem toda a legitimidade para o fazer mas não estava em discussão mudar o horário. Embora, tenho a dizer-lhe que do ponto de vista pessoal acolho alguns dos seus argumentos. Essa situação de ser à tarde, ou ser à noite, ou ser no sábado de manhã, para qualquer uma das opções há prós e contras. Esta Assembleia já se pronunciou sobre esse assunto.

Também lhe quero dizer que não se trata de uma questão de coragem e não é porque somos disruptivos e não respeitamos as regras da democracia que somos necessariamente corajosos.

Podíamos inscrever esse assunto na Ordem de Trabalhos e discuti-lo numa próxima Assembleia mas não vai ser fácil consensualizarmos. O tema não está fechado e, para que fique claro, há Deputados do Partido Socialista que o acompanham. Poderemos estar abertos a que se reúna, de acordo com o Regimento e com a legislação, um número de Deputados suficientes e requeiram que o assunto seja reaberto e em democracia o assunto é discutido.”

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação o Ponto II - Calendarização das Sessões da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital para o ano de 2019: 26 de abril de 2019; 28 de junho de 2019; 27 de setembro de 2019 e 13 de dezembro de 2019, que foi aprovado por maioria, com um voto contra e duas abstenções.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte declaração de voto:

“Votei contra para manifestar a minha posição: Quem trabalha por conta de outrem não consegue cá estar à sexta-feira. Peço desculpa porque eu gostava de estar cá a representar a minha Freguesia, porque foi para isso que eu fui eleito, e não consigo. Eu se andar com uma equipa a trabalhar fora do Concelho de Oliveira do Hospital não posso deixar os meus colegas e vir embora para estar na Assembleia apesar de dizerem que me pagam o tempo para eu estar na Assembleia. É só por isto que eu votei contra.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte declaração de voto:

“Gostaria de deixar o meu sentido de voto: Não tenho nada contra as datas só que para mim à sexta-feira é muito complicado conseguir cá chegar a tempo porque tenho que pedir a um colega para me fazer o meu trabalho. Sou trabalhadora independente, trabalho no IEFP de Santarém, e dificilmente muitas das vezes conseguimos que alguém nos possa substituir porque temos horários e dias muito complicados.

A Sra. Presidente da Assembleia estava a dizer que o dia 26 de abril seria uma boa data mas eu trabalho o dia todo, estou a duzentos quilómetros de casa, o que para mim será muito complicado conseguir cá estar nessa data até porque a formação que eu tenho estará a terminar nessa altura. Se houvesse a possibilidade de reestruturarmos ou para mais tarde à sexta-feira ou para outra data eu agradecia.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Está tomada a nota das observações que têm sido feitas se calhar mais à frente teremos que voltar a este assunto.

Esta calendarização das Sessões da Assembleia Municipal está a provada e passamos de seguida ao Ponto III.”

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2019/2022 e 1ª revisão ao Orçamento para o ano 2019.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2019/2022 e 1ª revisão ao Orçamento para o ano 2019 deve-se sobretudo ao Ponto que vamos discutir mais à frente nomeadamente o Ponto VII - Proposta de Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital, de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços, e delegação dos respetivos serviços.

O Capital Social do Município de Oliveira do Hospital nesta empresa, se ela vier a ser constituída, é de cinquenta mil euros e para termos o visto do Tribunal de Contas esta verba tem que estar criada neste orçamento.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 33º e para efeitos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da 1ª Revisão das Grandes Opções do Plano, Constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quadriénio 2019/2022 e 1ª revisão ao Orçamento para o ano 2019, que foi aprovado por maioria, com três abstenções.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte declaração de voto:

“Eu concordo que tenha que ser feita uma alteração por causa dessa verba de cinquenta mil euros para o Capital Social só que como nós nos abstivemos na aprovação do Orçamento e Plano para o ano de 2019 vamos continuar com essa

coerência e vamos abster-nos em todas as situações relacionadas com a parte orçamental.”

De seguida entrou-se no Ponto IV - Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto, do Presidente da Junta de Freguesia representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto IV aguardam-se propostas.

Os eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital entregaram à Mesa uma proposta com a designação de um Presidente de Junta de Freguesia para representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação.

Há uma única proposta e será designada por Lista A”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Os eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital propõem a Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira, Isabel Margarida das Neves Claro Ferreira para representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação.”

Não havendo mais intervenções, foi efetuada a votação por escrutínio secreto do Ponto IV - Eleição, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto, do Presidente da Junta de Freguesia representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação.

Efetuada a contagem o resultado da votação por escrutínio secreto foi o seguinte:

- 30 votos a favor.
- 3 votos em branco.

Em conformidade com a votação anterior foi eleito como representante das freguesias no Conselho Municipal de Educação a Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira, Isabel Margarida das Neves Claro Ferreira.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 13º da Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, da Proposta de Delimitação da ARU da cidade de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como os Srs. Deputados e os Srs. Presidentes de Junta sabem no anterior mandato autárquico votámos a Área de Reabilitação Urbana de Oliveira do Hospital. O que hoje aqui trago é uma renovação dessa Área de Reabilitação Urbana que precisa de ser novamente publicada no Diário da República. A Área de Reabilitação Urbana de Oliveira do Hospital continua a ser a mesma e, por isso, a proposta que hoje aqui trago é igual à outra proposta que foi aprovada na Assembleia do anterior mandato autárquico.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Os Srs. Deputados devem ter lido os documentos. Na página 25 diz como é que a ARU deve ser limitada: “A ARU é delimitada, a norte, pela Rua Dr. Virgílio Ferreira e a Rua Eng.º António Campos, a poente, o Bairro Social João Rodrigues Lagos e todo o casco correspondente ao Centro Histórico, a nascente, a Avenida Calouste Gulbenkian até à área do Estaleiro Municipal, a Fundação Aurélio Amaro Dinis, a sul, a área dos grandes equipamentos educativos, incluindo a margem ribeirinha da Ribeira de Cavalos e o Parque dos Marmelos.” Como podem verificar é todo o centro urbano consolidado de Oliveira do Hospital e por isso é uma boa opção. Há um conjunto de incentivos e a Câmara, na sua postura de defender o desenvolvimento, predispõe-se a alargar essa área.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem, no anterior mandato quando fizemos esta ARU em vez de ficarmos só pela Zona Histórica alargou-se bastante a ARU com a intenção de podermos recuperar edifícios dentro da própria cidade. A ARU permite um conjunto de isenções e também o IVA deixa de ser a 23% e passa para 6%.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“O PSD vota favoravelmente a Proposta de Delimitação da ARU de Oliveira do Hospital.

A ARU-Área de Reabilitação Urbana atribui à área um conjunto significativo de efeitos. Entre estes destaca-se a obrigação da definição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património. Decorre também daquele ato a atribuição aos proprietários de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana.

Por falar em benefícios fiscais, o PSD lamenta que o Sr. Presidente e o seu Executivo não sejam sensíveis à redução da Taxa de IMI para todo o Concelho, proposta esta apresentada pelo PSD aquando da aprovação do Orçamento.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“O Deputado João Brito já me facilitou a intervenção porque eu vinha dizer para aprovarmos este Ponto V por unanimidade. Não sei como é que o CDS vai votar mas também acredito que aprove esta proposta.

Tive o cuidado de ler a documentação deste Ponto V da Ordem de Trabalhos. Dou os parabéns à equipa que fez isto porque está aqui um excelente trabalho. É feita uma caracterização muito profunda, muito fina, do nosso Concelho, do tecido urbano, do comércio, e de tudo o que se passa no Concelho de Oliveira do Hospital.

Depois tem uma parte que acho excelente e extremamente positiva porque prevê o que é que deve ser o futuro e para onde é que caminhamos, ou seja, onde é que estamos, o que queremos e para onde vamos.

Naturalmente que nós vamos aprovar esta proposta e já sei que será por unanimidade e por isso muito obrigado a todos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A criação da Área de Reabilitação Urbana teve muito a ver com a reabilitação da Zona Histórica de Oliveira do Hospital.

Também queria dizer ao Deputado João Brito que quando o Executivo Camarário era do PSD nunca baixaram a taxa do IMI e não estou aqui a discutir o IMI, nem nenhum Orçamento, mas quero dizer-lhe o seguinte: Nós somos muito melhor do que o Executivo do PSD que cá passou porque nunca

conseguiu alcançar verbas para reabilitar a Zona Histórica e a cidade como nós vamos fazer.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, da Proposta de Delimitação da ARU da cidade de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio às freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto VI obviamente que o sentido de voto é favorável à proposta apresentada, como não podia deixar de ser!

Mais uma vez quero fazer uma referência e dizer que a atribuição deste apoio financeiro às Freguesias é importante para nós.

Se os meus colegas de Junta de Freguesia me derem permissão vou falar um pouco sobre o sentir deles, que também é o meu, acerca da atribuição deste montante: Esta verba dá jeito nesta fase do ano porque os inícios de ano são sempre muito complicados para as Juntas de Freguesia, a não ser aqueles casos em que as Juntas de Freguesia conseguem transitar saldo de um ano civil para o outro, e às vezes com verbas um bocadinho consideráveis, que não é o meu caso porque eu gastei as verbas quase todas e, por isso, estou sem verba, tirando aquela que entrou agora em quinze de janeiro. Esta verba é importante porque podemos logo no início do ano antecipar algumas das realizações que pensamos fazer ao longo do ano. O apoio feito pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia não vem todo junto, estas verbas são atribuídas por fases o que nos obriga também, de certa forma, a repensarmos quando vamos fazer determinado investimento na realização de algumas obras. Com este dinheiro, já no início do ano, podemos começar a fazer alguma coisa como é perspectiva dos nossos fregueses.

Obviamente que vou votar a favor a proposta de apoio às freguesias apresentada neste Ponto VI.

Nunca é demais lembrar, e eu já disse anteriormente isto: Espero bem que o Executivo Municipal que vier a seguir a este, seja do PS, PSD, CDS, seja de que partido for, nunca acabe com estes apoios às Freguesias. Este apoio é importante para quem está à frente de uma Freguesia, e todos os meus colegas sabem bem disso e sabem quais são as dificuldades que temos ao longo do ano.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal obrigado pela sua gestão que é uma gestão de rigor e transparência e só isso permite contemplar-nos com uma verba que é extremamente importante como o Eng.º Carlos Maia acabou de referir.

Evidentemente que é uma ajuda que serve a todos nós e por isso mantenha esta ajuda.

Regozijo porque é uma das alturas em que vimos o PSD e o CDS a votarem favoravelmente para agradarem às Freguesias.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de apoio às freguesias no Quadro da Promoção e Salvaguarda Articulada dos Interesses Próprios das Populações, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 22º e n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 32º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, na atual redação, conjugados com o artigo 17º do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, na atual redação e em cumprimento da alínea n) do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, da proposta de Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital, de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços, e delegação dos respetivos serviços.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:



“Hoje está aqui o Dr. Luis Cordeiro que é o Diretor da empresa de consultadoria, a ReportMaxi, e que fez um estudo de viabilidade económica com as Câmaras de Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia para a possibilidade da constituição da Empresa Intermunicipal de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços, e delegação dos respetivos serviços. Ele fará a apresentação deste estudo e depois passaremos à discussão.

Acho que este é um assunto sério que gostava que fosse participado e discutido. O que trago aqui é sobretudo a intenção de agregação porque mais tarde teremos que aprovar um conjunto de documentos que serão fundamentais.

A criação da Empresa Municipal Águas Públicas da Serra da Estrela, entre os Concelhos de Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia, assenta nos seguintes pressupostos:

Decorre neste momento uma candidatura do POSEUR à qual se podem candidatar as agregações ou aquelas que tiverem sido aprovadas em reunião de Câmara e Assembleia Municipal onde se declare a intenção da referida agregação;

Este aviso de candidatura termina no dia vinte e oito de fevereiro;

Há possibilidade de cada concelho ter entre um milhão e meio a dois milhões de euros para a área de saneamento e da água. No âmbito do regime excecional desta candidatura ao POSEUR poderão apresentar candidatura as entidades que cumpram as seguintes condições: Deliberação da Assembleia Municipal e do Executivo em exercício quanto à intenção de agregar os serviços de gestão de água e saneamento; Pedido de fiscalização prévia ao Tribunal de Contas para a constituição da Parceria; Os investimentos a candidatar estejam previstos no Plano de Investimentos da Agregação;

O Governo está a apostar nestas empresas intermunicipais para dar escala e para encontrar eficiência em estruturas mais profissionalizadas;

As exigências da ERSAR são muito elevadas e muitas Câmaras não as conseguem realizar;

Neste momento decorrem agregações a nível nacional, e o Dr. Luís Cordeiro está a trabalhar em várias, e na zona centro posso destacar a agregação de Lousã, Penela, (são nove concelhos) e ainda a agregação de Mira, Soure e Montemor-o-Velho;

O processo de agregação em baixa é um processo em fase crescente para haver uma gestão eficiente da água e saneamento;

Por outro lado, como todos sabem, as Câmara não têm tido verbas para fazer investimento nas substituições de redes que já têm mais de trinta anos. Têm sido sobretudo os financiamentos do Quadro Comunitário que permitem investimento nesta área. As despesas de água e saneamento têm apresentado défice, o que o Concelho de Oliveira do Hospital tem vindo a conseguir reduzir devido a uma estratégia lançada há oito anos com a profissionalização e especialização da equipe e ainda com um aumento gradual nas tarifas.

A visão do Estado é que as tarifas têm que deixar de ser subsidiadas pelos Orçamentos Municipais, como ainda hoje acontece no País. Essa é a exigência da ERSAR e, por isso, se não houver a agregação, a curto prazo, as tarifas irão para valores incomportáveis para os consumidores.

Por outro lado, a dispersão geográfica do nosso Concelho faz com que não se possa comparar com cidades onde no mesmo prédio são abastecidos um número elevado de pessoas.

Esta agregação terá que demonstrar que tem viabilidade financeira. Este é um passo importante e na minha opinião não é um passo simples. Há documentos que terão de vir à Assembleia Municipal e hoje, como disse, vamos apresentar a intenção de agregação para podermos fazer esta Candidatura.

Dizer ainda que as tarifas de cada concelho serão aprovadas em reunião de Câmara Municipal. A empresa pode definir uma tarifa e a Câmara Municipal pode aprovar uma tarifa mais baixa mas, nesse caso, o Orçamento Municipal vai ter que pagar a diferença. Por exemplo, no âmbito das recomendações da ERSAR nós já começámos a pôr as Juntas de Freguesia a pagar 50 % da fatura da água, e já se criou aqui alguma injustiça porque nem todas as Juntas requisitaram os contadores e, por isso, temos que resolver este problema para que haja equidade ente as Juntas de Freguesia. Não é justo que umas estejam a pagar água e outras não paguem. Também quero dizer, e não é nenhuma chantagem da minha parte, mas as Juntas que ainda não colocaram os contadores só lhe farei a transferência da verba dos dez mil euros depois de colocarem os contadores para igualar todas as Juntas.

Esta agregação é um passo importante que devemos fazer. Tenho participado em várias reuniões e a Câmara Municipal melhor organizada em termos de serviços de águas é a de Oliveira do Hospital. Como sabem, há oito anos criámos para o setor das águas uma equipa multidisciplinar porque o que aqui encontrámos era muito pouco e não havia uma estrutura bem definida. Em termos de estrutura o Município de Seia está mais próximo de Oliveira do

Hospital. O Município de Gouveia ainda está muito afastado e ainda têm freguesias onde não pagam a água.

Como já disse, há documentos que terão de vir aqui à Assembleia Municipal sobretudo o contrato de delegação.

Numa primeira fase a intenção era fazer a agregação com cinco Municípios e eu não aceitei a agregação com Celorico e Fornos de Algodres.

Não é por acaso que demos o nome de Empresa Municipal Águas Públicas da Serra da Estrela. A sede da empresa, se ela se vier a constituir, será em Seia. Também dizer que não vale a pena andarmos com bairrismos doentios porque se a agregação for entre os Municípios de Oliveira do Hospital, Seia e Gouveia, faz todo o sentido que a Sede da Empresa fique entre os três concelhos por causa das deslocações das equipas. Teremos delegações em cada um dos concelhos e não abdicaremos de ter funcionários.

Esta agregação é uma tentativa de ganhar escala. Neste momento a água é um bem que está relativamente barato e a tendência será aumentar. Em Oliveira do Hospital o preço da água é mais barato do que em Seia e Tábua. Não defendo uma radicalização dos preços e também é verdade que a empresa tem que ter viabilidade, e é verdade que o Tribunal de Contas obriga a que a empresa durante os primeiros três anos não possa ter prejuízos, pelo menos num dos três anos tem que ter lucros.

Também é importante dizer que não quero que esta Empresa Intermunicipal seja um depósito de funcionários ou *boys* políticos. A nossa estrutura neste momento tem cerca de vinte e três pessoas e a ideia é limitar o número de funcionários. Havia uma diretiva que apontava para cerca de cem posto de trabalho o que eu não concordo.

O Município de Oliveira do Hospital, devido à nossa experiência, foi desafiado pelos Municípios de Seia e Gouveia para liderar o processo de Presidência da Empresa Intermunicipal. Não sei se aceitarei mas fico contente com esse reconhecimento.

A constituição desta Empresa Intermunicipal entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital, de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços, e delegação dos respetivos serviços é muito importante e há ainda documentos que terão de ser aprovados mais tarde.

Quero dizer-vos que a minha ideia é que pode haver um ligeiro aumento de tarifas, e não estou aqui para enganar ninguém, mas deve haver muito cuidado.

Passo agora a palavra ao Dr. Luis Cordeiro que irá apresentar o estudo de viabilidade económica para a Empresa Intermunicipal de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços, e delegação dos respetivos serviços entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital

Dizer ao Dr. Luis Cordeiro que ele tem aqui uma grande responsabilidade porque a nossa Presidente da Assembleia Municipal foi Ministra do Ambiente e percebe muito deste assunto.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Não foi por ser Ministra do Ambiente que eu aprendi mais mas, fui, durante sete anos, Vogal do Conselho Diretivo da ERSAR e aí é que eu “meti as mãos na massa”. Sei bem, assisti, e estive envolvida com estas temáticas.

Dizer também o seguinte: O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, disse-nos que foi desafiado pelos outros autarcas para vir a ser o Presidente desta Empresa, se ela efetivamente acontecer, e eu percebo o porquê? Eu também tenho apreciado a forma como o Sr. Presidente captou os aspetos essenciais e a forma como o Sr. Presidente fala com conhecimento das questões que são determinantes, e sem ser uma pessoa com uma formação na área técnica mais diretamente relacionada com estes temas. O Sr. Presidente fala das questões que são determinantes, como por exemplo, a escala, a eficiência, a sustentabilidade económico-financeira, joga bem com a questão dos fatores que fazem subir ou descer a tarifa. Tive muitas dezenas de reuniões com autarcas deste País, de grandes e pequenos concelhos, e posso-lhe dizer que normalmente iam para estas reuniões apoiados por Técnicos. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, fala com muito à vontade sobre estes assuntos e eu tenho orgulho nisso.”

De seguida o Dr. Luis Cordeiro, Diretor da empresa de consultadoria ReportMaxi, fez a apresentação do estudo de viabilidade económica para a constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital, de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços, e delegação dos respetivos serviços.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar-vos a seguinte nota: Tenho participado nas reuniões da Comissão das Dívidas dos Municípios com as Águas de Portugal e Oliveira do Hospital tem dinheiro a receber. Oliveira do Hospital tem cerca de um milhão de euros para receber.

Dizer-vos ainda que há Câmaras Municipais que entregaram os serviços de água a empresas privadas mas eu sou contra a entrega da água a empresas privadas.

A nossa água vem da Serra da Estrela, é uma água com qualidade. A água é um bem essencial e acho que não a devemos privatizar. Sou contra a privatização da água e sou contra o lucro sobre a água.

Para que não houvesse dúvidas o nome escolhido para a Empresa Intermunicipal foi Águas Públicas da Serra da Estrela.

Em Oliveira do Hospital consumimos das melhores águas do País e temos um Setor de Águas muito bem estruturado.

Dizer-vos também que os nossos aumentos foram sempre muito suaves para chegarmos a uma determinada tarifa e também é verdade que ainda não recuperámos totalmente no saneamento.

Gastamos perto de cem mil euros em análises à nossa água e, por isso, vejam o cuidado que nós temos. Hoje a ERSAR também é muito exigente e todos os meses enviamos o relatório das análises e, por isso, podemos beber água em nossas casas. A nossa água tem qualidade.

Relativamente à constituição desta Empresa Intermunicipal estou com muitas cautelas. Como eu disse, há matérias que têm que ser discutidas e têm que ser acertadas com os outros Presidentes de Câmara.

Hoje o que votamos aqui é a intenção de agregação porque ainda há negociações bastante duras para fazer entre os Presidentes de Câmara. Temos que ter uma tarifa que permita fazer recuperação e algum investimento mas não podemos de repente “passar do oito para oitenta”.

Também tenho a obrigação até porque se nós ficarmos sozinhos, se por hipótese não fizermos a agregação, vou modernizar mais as águas, ainda antes de me ir embora. Vou modernizar os serviços das águas com mais meios, injetando algum dinheiro da Câmara Municipal, para deixar uma estrutura mais moderna. O futuro passa por dar escala para termos um número de consumidores muito mais elevado. Temos muitas coisas para fazer como, por

exemplo, o envio da fatura por *email*. Hoje temos cerca de oito mil euros de despesa por mês só com o envio das faturas da água.

Tive sempre um cuidado enorme na defesa do consumidor e fizemos aqui uma grande discussão quando fizemos os aumentos. É verdade que também começaram a pagar 50% do consumo de água as nossas IPSS e os Clubes.

Este é um novo passo, vamos enviar a candidatura ao POSEUR. A nossa intenção é fazer esta agregação mas também quero dizer que não é uma agregação a qualquer preço. A mesma pessoa que vos está aqui a dizer para votarem favoravelmente, se acharem que o devem fazer, pode ser a mesma pessoa que chegue aqui e diga: - Não deu porque não consegui encontrar soluções.

Digo-vos que estou com muitas precauções e, como disse, hoje peço-vos para votarem favoravelmente mas também poderei chegar aqui e dizer-vos que no decorrer das negociações não fiz a agregação porque as nossas tarifas iriam atingir determinados preços e eu achei que não deveríamos caminhar por aí. Tenho pela frente um processo negocial, ainda não tenho a certeza de como é que ele pode correr, por isso, não vos quero iludir. Na minha opinião acho que devemos fazer esta agregação e vamos resolver uma série de problemas.

Dizer ainda que no Plano de Investimentos, que terá de ser enviado ao Tribunal de Contas, estarão contempladas todas as obras que se farão nos próximos anos em todas as Freguesias. A Câmara de Oliveira do Hospital será a barriga de aluguer para as outras Câmaras e a Candidatura será feita em Oliveira do Hospital.

Acredito que a Assembleia Municipal votará favoravelmente esta proposta de agregação mas, como já disse, se amanhã voltar aqui para dizer que não deu os Senhores não se admirem porque pode haver essa possibilidade. Eu gostaria que isso não acontecesse!”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Não aprofundar demasiado este assunto porque, como podem imaginar, estive muitos anos ligada a estas matérias. Esta é uma área muito interessante e é uma área em que o País fez um percurso de sucesso. Eu pude constatar isso!

As monografias da OCDE, que é um organismo isento, estão disponíveis. A última avaliação ao desempenho ambiental de Portugal foi feita quando eu era Ministra e agora está prestes a sair outra. Na avaliação ao desempenho

ambiental em Portugal é dado um grande elogio precisamente no Setor do Saneamento Básico.

Este é um tema que como referi conheço aprofundadamente e que me orgulha muito como cidadã.

Dizer-vos também que na maioria das vezes bebo água da torneira porque em Portugal a água da torneira é melhor do que qualquer outra água.

Dizer-vos ainda que concordo em absoluto com a opção de manter a água de abastecimento com controlo público.

Compreendo, e sei, que houve vários Municípios neste País que resolveram o problema de abastecimento de água com qualidade às suas populações recorrendo aos privados por várias razões. Por exemplo, Municípios que tinham dimensão, e que estavam muito desestruturados, e precisavam de um grande investimento que não podiam fazer. Os privados fazem o investimento e são pagos ao longo do tempo. Como opção eu não tenho nada contra isso! Qual é que é o Problema? O problema é que as concessões a privados fazem com que as Câmara vão desinvestindo, nomeadamente ao nível do conhecimento técnico associado a estas matérias, e, de certa forma, quando as concessões terminam perdem poder negocial e ficam limitadas na retoma dos Serviços de Água para a sua gestão.

Acho que a água de abastecimento, mais do que as águas residuais urbanas ou o lixo, são absolutamente fundamentais e não são só um serviço público essencial, são um direito. Eu disse isto várias vezes! Todos nós aprendemos que nos tempos imemoriais houve cidades que caíram quando se lhes cortou a água.

A água é absolutamente fundamental e sou absolutamente contra a privatização da água. Reforço que a água deve ser de controlo público.

Dito isto, abro as inscrições para o debate e para esclarecerem o que entenderem junto do Dr. Luís Cordeiro.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“A água é um direito, não é um privilégio. Infelizmente nesta nação pensa-se pouco e faz-se ainda menos. Estamos longe de ter uma tarifa nacional única para a água que torne os Portugueses um pouco mais iguais entre todos.

Como tal, é nosso dever proteger o nosso Concelho e os direitos de quem cá vive. Este noivado com Seia e Gouveia é a condição de possibilidade de continuarmos a construir um futuro melhor e, se não for a condição de

possibilidade que precisamos, arranjarémos, seguramente, alternativa. Por isso, relativamente à captação, transporte e abastecimento de água não há outra forma de dizer: - Sr. Presidente, muitos parabéns pela iniciativa e pela visão que aqui demonstra mas, acima de tudo, tem a minha admiração porque este é o resultado de um trabalho que foi iniciado no seu primeiro mandato.

Ser Beirão, Oliveirense e Socialista é defender os direitos essenciais das nossas gentes. A garantia de abastecimento de água e a justiça dos preços devem ser por nós geridos. A água, como a saúde, como a educação, são cada vez mais negócios entregues a privados em prejuízo do interesse público. Ter a água nas nossas mãos é proteger o futuro do nosso Concelho, Sr. Presidente.

Noutros concelhos a água é um negócio mas em Gouveia, Seia e Oliveira do Hospital será um bem público tendencialmente universal em que a empresa a ser criada saberá gerir em benefício das populações.

A equipa multidisciplinar de eficiência energética, por si criada em bom tempo, dá a Oliveira a liderança na gestão destes recursos e a possibilidade de evitar a entrega da nossa água ao capital criminoso. Obrigado!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Este tema da água é um tema profundo e que nos merece a todos uma grande reflexão.

O Dr. Luís Cordeiro já nos deu umas dicas para complementar o que o nosso Presidente da Câmara já nos disse e também, de certa forma, a nossa Presidente da Assembleia Municipal, grande conhecedora deste tema, também já nos foi aqui alertando.

Eu também sou contra a privatização da água. A água é um bem público a que todos temos direito, um bem que todos temos que exigir que seja de qualidade.

Estou de acordo e coloco aqui uma questão muito específica: Obviamente, o que estamos aqui a hoje a analisar para votar é a intenção, e exclusivamente isso, de Oliveira do Hospital poder aderir à formação de uma nova empresa municipal, em que estão envolvidos três concelhos vizinhos, para gerir bem este bem público a que todos temos direito.

Compreendo as preocupações do nosso Presidente da Câmara e é regozijo para todos nós saber que Oliveira do Hospital está na liderança em termos de estruturas humanas, e não só, nesta área da água.



Há aqui uma coisa importante, e se houve, há algum tempo atrás, polémica de algumas pessoas quanto à questão de alguma mexida nas tarifas da água, devo dizer-vos que isso não me choca nada, como não me chocou anteriormente. Dou-vos o meu exemplo, e cada um saberá o seu exemplo da sua casa: Nós temos acesso à electricidade, que também é um bem a que temos direito, e pagamos por isso. Considero que tenho uma família média, resido em Oliveira do Hospital, tenho um apartamento T3 onde habitam três pessoas que tomam um banho por dia, e gasta-se água. Quando analiso mensalmente a minha conta de electricidade e a minha conta de água, que pago ao Município de Oliveira do Hospital, eu também tenho algum sentido crítico, e verifico que relativamente ao valor da luz eu pago um terço do valor em água. Não sei se isto é assim nas outras casas, mas na minha é assim! Portanto, não me choca nada haver algum ajuste que por ventura possa existir nas tarifas da água.

Penso que haverá para estes três Municípios, para esta nova empresa, uma referência de custo para o metro cúbico de água, e que preferencialmente deverá ser cobrado aos consumidores. Certamente que estiveram a fazer um estudo desta nova empresa num prazo de trinta ou quarenta anos para que a empresa seja viável. Para que a empresa seja sustentável economicamente e para que ao longo dos anos faça os seus investimentos obviamente que tem de ser sustentável porque se não o for não pode fazer investimentos.

Todos nós sabemos, e o que se passa em Oliveira do Hospital certamente que também se passará em Seia e Gouveia, que os nossos sistemas de águas necessitam de investimentos novos e também haverá a necessidade de fazer investimentos para substituição da rede de águas. Todos nós sabemos que são coisas que não ficam baratas. Há ajuda dos programas comunitários mas, pelas premissas que existem, os Municípios só podem aceder a essas candidaturas se já estiverem em sistemas de Empresas Municipais ou que tenham a intenção de vir a montar uma nova Empresa Municipal. Se não mostrarmos intenção de criar uma Empresa Municipal não podemos ir buscar dinheiro, e estamos a falar de milhões de euros, para fazer face a esses investimentos que são avultados.

Acho que o nosso sentido de voto deve ser favorável a esta intenção e, como o Sr. Presidente da Câmara disse, depois cá estaremos para analisar essas questões.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Dizer ao André que eu não sou Socialista e que eu sou de direita. Defendo a soberania e a autonomia pública, no caso, do Município ou do Estado, e em sectores estratégicos para os nossos cidadãos. Sou a favor da gestão pública da água e completamente contra a privatização de qualquer um destes bens.

Tenho algumas dúvidas honestas e sinceras quanto a esta proposta: A Câmara defende uma proposta de gestão delegada intermunicipal. Queria perceber até que ponto se fará uma gestão transparente da nossa água e quem é que fiscalizará esta nova empresa?

Por outro lado, em que medida é que através desta gestão delegada será feita uma alocação de recursos e uma gestão de água mais eficiente do que na esfera de Serviços Municipalizados controlados e executados na sua totalidade pela Câmara Municipal de Oliveira?

Na prática, em que é que se consubstanciará no quotidiano dos Oliveirenses a delegação de competências municipais e a recorrente perda de soberania da Câmara Municipal num sector tão estratégico como a água?

Por último: A Câmara Municipal alega, na proposta que entregou à Assembleia Municipal, que a única forma de levar a cabo estes investimentos, que não de forma privada, seria esta forma de gestão delegada para que houvesse acesso a Fundos Comunitários. Perguntaria à Câmara se não seria possível, por exemplo, aceder a fundos como o Fundo Social Europeu que são designados precisamente para estas questões ou até a Fundos de Coesão como o FEDER e como o PRODER?”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Agradeço ao Dr. Luís Cordeiro pela apresentação que nos fez.

Venho já um bocadinho baralhado porque parece que tinha percebido bem o que era esta empresa e agora com o discurso do Deputado Nuno Rafael Oliveira Dias parece que há aqui qualquer coisa que eu não entendi muito bem?

A empresa serve para ganhar escala e serve para termos mais possibilidades de recorrer a Fundos. Foi isso que eu percebi mas não sei se será assim?

Com certeza que esta empresa vai ser a gestora da água e vai ser a gestora dos resíduos e com certeza que o Sr. Presidente da Câmara vai ter em conta alguns contenciosos com as obras que estão por acabar pelas antigas empresas

das águas, nomeadamente as Águas do Zêzere e Côa e mais recentemente das Águas de Portugal. Certamente que esta nova empresa ficará responsável para concluir estas obras.

O Sr. Presidente sabe que algumas obras não foram concluídas e gostava de saber se esta empresa ficava responsável por estas obras inacabadas e se teremos que reivindicar estas obras que falta concluir.

Dizer ainda o seguinte: Sou consumidor de água no Concelho de Seia e no Concelho de Oliveira do Hospital e tenho que dizer que a diferença do preço da água nos dois concelhos é abismal. Espero que no futuro, e se esta empresa vier a acontecer, que o preço da água seja nivelado para eu pagar em Seia o mesmo que pago em Alvôco das Várzeas.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de fazer só duas questões para poder ter uma disciplina de voto mais real e mais concreta: Isto será uma Empresa Intermunicipal com os três Municípios e gostaria de saber se está acautelada a questão de não aprovação do projecto. Se por algum motivo alguns dos projectos entregue ao POSEUR não for aprovado o que é que acontece nesta empresa e como é que funciona?

Sei que alguns projectos do POSEUR têm algum cariz também já ao nível ambiental, com alguns cuidados de algumas estruturas porque é um plano que ajuda a combater algumas situações também ao nível ambiental. Os projetos terão que ser bem elaborados para que não haja o problema de eles não serem aprovados. Até porque acredito que esta empresa não será a única a candidatar-se a estes projectos e caso um dos projectos não seja aprovado como é que depois funcionamos com os três Municípios?

Sabemos muito bem que são três Municípios díspares em que temos um Município vizinho que não tem a nossa sanidade financeira e que funciona de maneira diferente da nossa. Esta empresa também irá ter que suportar alguns custos inerentes aos Municípios?

Gostaria que me esclarecessem para eu poder tomar uma posição relativamente à minha opinião.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Não tenho dúvidas nenhuma que a Empresa deve ser pública e que tem um excelente nome: Águas Públicas da Serra da Estrela.

Não tenho dúvidas que devemos enveredar por este caminho. Na questão de escala, e por sermos três concelhos, é claramente mais positivo do que estar só o Concelho de Oliveira do Hospital.

Sabemos que a água é um bem essencial cada vez mais raro.

Relativamente a esta proposta aqui apresentada acho que é de avançar e, por isso, voto favoravelmente.

No estudo de viabilidade económica tenho aqui algumas questões que gostava de colocar: Quando definiu que havia um custo por metro cúbico de fornecimento de água, e apontou para um acréscimo de valor, esse custo vai cobrir tudo o que tem a ver com a água, nomeadamente o financiamento, o investimento, a manutenção, as avarias e roturas, os recursos humanos, o custo de amortizações de dinheiro. Falou que o risco era de zero e falou nos fundos de investimento. Se não houver fundos de investimento tem que se ir aos fundos da banca ou a outros fundos. Falou ainda que vamos transferir os recursos humanos, o que eu acho muito bem, e foi calculado que recursos humanos são necessários para cada Concelho e o número de recursos humanos que são alocados em função da actividade que vão ter.

Foi feito um levantamento das estruturas atuais e quais é que carecem de remodelação. Depois, ao longo dos tempos, os cinquenta anos que foram falados, quais as que se vão manter e quais as que vão sendo renovadas.

O Deputado André também falou de uma tarifa nacional. Eu não sei se não deveria haver mecanismos de compensação nacionais que permitissem que a tarifa fosse nacional.

Não tenho dúvidas que devemos aprovar esta proposta e o voto deve ser por unanimidade porque está em causa o futuro dos Oliveirenses.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Há aqui uma coisa que eu gostava de esclarecer e quero dizer ao Deputado André Pereira que me revejo na sua intervenção, faço apenas uma correcção: Eu sou independente eleito nas listas do Partido Socialista.

A água que hoje nós bebemos está a ser financiada por um Fundo que até ao ano de dois mil e vinte e seis custa cem milhões de euros. Vem uma parte do Fundo Ambiental e vem outra parte de um Fundo das Grandes Áreas Metropolitanas. Até ao ano de dois mil e vinte e seis a água em alta é financiada.

Os dezasseis concelhos que antigamente estavam ligados às Águas do Zêzere e Côa estão a ser subsidiados por cem milhões de euros.

Quem é que começou com isto? Quem começou com isto foi esta Senhora que aqui está, foi a Sra. Eng.<sup>a</sup> Dulce Álvaro Pássaro.

Este Fundo tinha outro nome era o Fundo de Equilíbrio Tarifário. Os Senhores Presidentes de Câmara falam muitas vezes neste Fundo e têm saudades da Eng.<sup>a</sup> Dulce Álvaro Pássaro.

Temos que ter consciência que a água que nos chega já está a ser subsidiada pelo Estado. Sei que até dois mil e vinte e seis seremos subsidiados porque participei numa reunião no Ministério do Ambiente com o Sr. Secretário de Estado, com o Presidente das Águas de Portugal, com o Presidente da EPAL que é o Presidente das Águas de Lisboa e Vale do Tejo que nos financia e esses números foram lá postos. Nós temos que ter consciência disso. A nossa água já está a ser subsidiada em alta.

Aqui em Oliveira do Hospital, e eu não quero falar do passado porque depois o PSD pensa que eu quero ajustar contas, mas em Oliveira do Hospital faltou visão estratégica neste setor.

Há um Concelho, que é do PSD, que fez um trabalho fantástico. Esse concelho foi Cantanhede. A Câmara de Cantanhede criou uma empresa para gerir a água e o saneamento. Essa empresa chama-se INOVA.

Também fui beber conhecimento a outro Concelho do PSD que foi Viseu. Fui ver como funcionava a estrutura, como funcionava a equipa, numa empresa Municipalizada que foi criada.

Quero-vos dizer que quando dei os primeiros passos neste sector fui beber conhecimento a esses concelhos que tinham boas práticas. Eu acho que é uma medida inteligente.

Por causa da TROIKA quando quisemos fazer uma Empresa Municipal já não nos deixaram.

O que eu queria dizer é o seguinte: Se fosse eu o anterior Presidente da Câmara Municipal nós nem estávamos a discutir esta proposta porque eu tinha criado uma Empresa Municipalizada para isto. Faltou uma visão estratégica.

Nós já demos passos enormes para termos qualidade na água.

A Sra. Deputada Sofia Clara colocou aqui uma boa pergunta e quero dizer-lhe que as candidaturas também têm uma parte política. Eu participei com o Sr. Secretário de Estado e com a Diretora do POSEUR, a Dra. Helena Azevedo, numa reunião de negociação. Também há outros concelhos que já têm um pacote financeiro negociado. Todos os concelhos que estão a fazer

agregações têm um pacote financeiro para estes projectos. Isto é a “cenoura” para os Municípios entrarem nisto porque a visão do Governo é que deve haver agregações. O próprio Governo defende que a água deve ser pública e isto é importante.

Aqui ao lado no concelho de Tábua é a empresa privada do Planalto Beirão que vende a água. Também podem comparar o preço da nossa água com o preço da água do concelho de Tábua. O Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas também disse que o preço da nossa água em relação ao preço da água no Município de Seia tem uma grande diferença.

Porque é que nós ganhámos escala? Ganhámos escala porque nós fizemos aqui um grande trabalho, que ainda temos que continuar, e que deixámos de fazer, para resolver o problema das águas pluviais.

Nós compramos às Águas de Lisboa e Vale do Tejo entre oitenta mil a cem mil metros cúbicos de água. No verão compramos entre cento e vinte ou cento e sessenta mil metros cúbicos.

Temos ainda um grande trabalho para fazer nas águas pluviais, nós já melhorámos muito mas já tivemos situações muito difíceis. Quando chove muito as águas da chuva infiltram-se na rede de saneamento e é por isso que compramos cerca de oitenta mil metros cúbicos de água e pagamos de saneamento três vezes mais, ou seja, pagamos duzentos e quarenta mil metros cúbicos de água. Temos ainda que fazer um grande trabalho para desviarmos as águas pluviais da rede de saneamento.

A Dra. Sofia Clara também referiu os cuidados ao ambiente e a Câmara Municipal também está a investir na área dos resíduos urbanos. Os resíduos urbanos não ficam nesta nova Empresa Intermunicipal, esta nova empresa só os cobra, mas depois entrega à Câmara Municipal.

No mês de agosto os resíduos urbanos deram-nos de prejuízo cerca de trinta e cinco mil euros.

Lançámos agora uma candidatura de quinhentos mil euros através do Planalto Beirão e se repararem já estamos a colocar mais ilhas ecológicas no Concelho. Estamos a distribuí-las por algumas Freguesias e estamos também a colocar um conjunto de sessenta e três contentores novos.

Precisamos também de fazer um grande trabalho de consciência cívica para que não se aumente a tarifa do lixo.

Quero dar-vos a seguinte nota que é também um anúncio sobre o Contrato Local de Desenvolvimento Social de quarta Geração. Até pensei que hoje o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge vinha aqui dar-me os

parabéns. Há anos tivemos o Contrato Local de Desenvolvimento Social na IPSS de Meruge onde foi desenvolvido um bom trabalho em colaboração com a Câmara Municipal e com outras IPSS. Quando acabaram com o Contrato Local de Desenvolvimento Social nós reivindicámo-lo. Fizemos muitos ofícios e nunca o conseguimos. A experiência com o Contrato Local de Desenvolvimento Social na IPSS de Meruge tinha corrido bem e nós continuámos a reivindicar outro Contrato Local. Este ano assinámos com o Ministério da Segurança Social um Protocolo de quinhentos e cinquenta mil euros para este novo Contrato Local de Desenvolvimento Social de quarta Geração. O anterior Contrato Local tinha corrido bem e a IPSS de Meruge tinha feito um bom trabalho e, por isso, a Câmara Municipal decidiu entregar novamente à IPSS de Meruge este novo Contrato Local de Desenvolvimento Social de quarta Geração.

Relativamente à intervenção do Deputado Nuno Rafael Dias quero dizer-lhe o seguinte: Quando se referiu à fiscalização eu não sei se estava a falar na fiscalização de obras ou da fiscalização da própria empresa. A empresa tem um Revisor Único e não tem Conselho Fiscal. De acordo com a explicação do Dr. Luís Cordeiro quem irá fiscalizar a atuação desta Empresa será esta Assembleia e o Executivo Municipal.

Dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, o seguinte: Esta Empresa Intermunicipal não vai assumir os assuntos que são da responsabilidade das Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

As obras inacabadas são um assunto que eu não abordei porque nunca mais me recordei e o Senhor também nunca mais me recordou. A resolução desse problema pertence às Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Hoje há uma excelente relação com o Presidente das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, o Eng.º José Sardinha, e acredito que será fácil resolvermos esse problema. Na minha opinião o Eng.º José Sardinha tem feito um grande trabalho e tem sido elogiado também por mim nas próprias Assembleias.

Dizer ainda que não é a Empresa Intermunicipal que faz a candidatura ao POSEUR. Quem faz a candidatura é a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital porque é a barriga de aluguer.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente à constituição desta Empresa Intermunicipal entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital, e como o Sr. Presidente disse, ainda é preciso dar um conjunto de passos e esta fase é para não ficar cortada a possibilidade de candidaturas a verbas que estão disponíveis no POSEUR.

O Dr. Luís Cordeiro também falou numa questão importante: No Futuro vai continuar a haver fundos mas serão cada vez menos para estas áreas. O nosso País já foi destinatário de muito dinheiro para este setor. Na negociação de outro Quadro Comunitário de Apoio é sempre possível haver verbas mas com menos facilidade.

Relativamente à intervenção do Deputado Rafael Dias quero esclarecer o Seguinte: O Sr. Deputado perguntou qual era a vantagem desta Empresa?

Por exemplo, nós não temos SMAS mas temos um Departamento na Câmara Municipal que é como se fosse um míni SMAS. Qual a vantagem? A vantagem é, por um lado, todas as vantagens da escala e, por outro lado, é a possibilidade de candidatura aos fundos.

Os Fundos são geridos a nível Central e procuram criar condições de eficiência. Considera-se que é mais eficiente uma estrutura onde estão três Municípios, e se fossem mais ainda melhor seria. Assisti à formação de alguns sistemas que tinham só três Municípios e que depois foram crescendo à medida que os outros Municípios que eram geograficamente confinantes reuniam as condições para poderem integrar.

Relativamente à vantagem desta empresa, digamos que este é o coração de um sistema que no futuro pode vir a ser maior. Essa é a vantagem de estarmos na primeira linha para aproveitarmos os financiamentos. Depois, tudo isto tem uma negociação política por trás mas não só!

Porque é que estes Municípios foram desafiados?

Porque o Secretário de Estado e o Ministro também conhecem suficientemente a realidade destes concelhos e sabem que há uma maturidade que permite concretizar a aplicação desses fundos. Se nós estivéssemos num estado muito incipiente, em termos de estruturação do setor de água, não iam arriscar alocar-nos uma fatia significativa de financiamento e depois nós não tínhamos hipótese de concretizar e o País perdia. Portanto, tudo isso tem que ser pensado de uma forma estruturada.

Nestas matérias, às vezes, tenho dificuldade em saber se me hei de esquecer que tive ligações a estas áreas e limitar-me a ser árbitro ou se devo contribuir para a discussão.”



Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 22º e n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 32º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, na atual redação, conjugados com o artigo 17º do Decreto-Lei nº 194/2009 de 20 de agosto, na atual redação e em cumprimento da alínea n) do artigo 25º do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na atual redação, da proposta de Constituição de Empresa Intermunicipal entre o Município de Seia, o Município de Gouveia e o Município de Oliveira do Hospital, de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Saneamento de Águas Residuais e Outros Serviços, e delegação dos respetivos serviços, que foi aprovado por maioria, com duas abstenções.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezanove horas e trinta minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim \_\_\_\_\_ Primeira Secretária, que a subscrevi.

(Presidente) \_\_\_\_\_

(Primeiro Secretário) \_\_\_\_\_

(Segundo Secretário) \_\_\_\_\_